



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**Relatório de Gestão – Exercício 2010**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

## **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL** **Relatório de Gestão – Exercício 2010**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

BRASÍLIA/DF, MARÇO DE 2011.



## **Polícia Rodoviária Federal**

### **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

#### **Ministro de Estado da Justiça**

José Eduardo Martins Cardozo

#### **Secretário-Executivo**

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

#### **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**

Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

### **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

#### **Diretor Geral**

Hélio Cardoso Derenne

#### **Chefia de Gabinete**

Geovana Ferreira de Andrade Alves

#### **Coordenação Geral de Operações**

Alvarez de Souza Simões

#### **Coordenação Geral de Administração**

Marcelo Aparecido Moreno

#### **Coordenação Geral de Recursos Humanos**

Sérgio Max Bastos Lins

#### **Coordenação Geral de Planejamento e Modernização Policial Rodoviária**

Ricardo Max de Oliveira Pereira

#### **Corregedoria Geral**

Lorival Carrijo da Rocha

#### **Missão Institucional**

Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

DRPRF – Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PRF – Polícia Rodoviária Federal

SRPRF – Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<u>I - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</u>	<u>72</u>
<u>II - Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010 91.....</u>	<u>96</u>
<u>III - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte B do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....</u>	<u>97</u>
<u>IV - Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos referente ao item 4 da parte C do anexo II da DN TCU N° 107.....</u>	<u>35</u>
<u>V- Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.2 da parte C do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</u>	<u>15</u>
<u>VI - Relação dos Programas de Governo executados que não estão de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.3 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</u>	<u>48</u>
<u>VII - Demonstrativo do quantitativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</u>	<u>59</u>
<u>VIII - Providências adotadas para substituição dos servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.5 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</u>	<u>59</u>

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	4
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS.....	3
SUMÁRIO.....	4
INTRODUÇÃO.....	7
A – CONTEÚDO GERAL.....	8
1. IDENTIFICAÇÃO.....	8
1.1. Relatório de Gestão Individual.....	8
1.2. Identificação das Unidades Descentralizadas.....	9
1.3 Estrutura Organizacional do DPRF.....	10
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	11
2.1. Responsabilidades institucionais.....	12
2.1.1. Competências Institucionais.....	12
2.1.2. Objetivos estratégicos.....	13
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	13
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico .....	13
2.2.2. Análise do plano de ação.....	14
2.3. Programas de Governo.....	15
2.3.1. Execução dos Programas de Governo.....	15
2.3.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	15
2.3.1.1.1. Ação 1D49 – Construção de edifício-sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.....	16
2.3.1.1.2. Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	16
2.3.1.1.3. Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades.....	16
2.3.1.1.4. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação.....	17
2.3.1.1.5. Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária.....	17
2.3.1.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais.....	18
2.3.1.2.1. Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal.....	19
2.3.1.2.2. Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.....	19
2.3.1.2.3. Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública.....	20
2.3.1.2.4. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais.....	20
2.3.1.2.5. Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	21
2.3.1.2.6. Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais.....	21
2.3.1.2.7. Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.....	21
2.3.1.2.8. Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF.....	22
2.3.1.2.9. Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais.....	22
2.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	23
2.3.1.3.1. Ação 2000 – Administração da unidade.....	24
2.3.1.3.2. Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.....	24
2.3.1.3.3. Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados.....	24
2.3.1.3.4. Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados.....	25
2.3.1.3.5. Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados.....	25
2.3.1.3.6. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.....	25

2.3.1.3.7. Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos.....	26
.....	26
2.3.2. Execução física das ações realizadas.....	27
2.3.2.1 Análise crítica.....	28
2.3.3. Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigência dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos.	
.....	35
2.4. Desempenho orçamentário e financeiro.....	36
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	36
2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes.....	36
2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital.....	36
2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	37
2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	37
2.4.1.4.1. Análise crítica.....	38
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa.....	40
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários.....	40
2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	40
2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	40
2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	42
2.4.2.1.3.1. Análise crítica.....	42
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação.....	43
2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	43
2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	43
2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	44
Análise crítica.....	44
2.4.3. Indicadores Institucionais.....	47
2.4.3.1. Programa 0663.....	47
2.4.3.2. Programa 1386.....	47
2.4.3.3. Programa 0750.....	47
2.4.4. Relação dos Programas de Governo executados que não são de responsabilidade da unidade.....	48
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	49
3.1. Análise Crítica.....	49
4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	50
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	50
4.2. Análise crítica.....	50
5. RECURSOS HUMANOS.....	51
5.1. Composição do quadro de servidores ativos.....	51
5.1.1 Quadro de servidores ativos.....	51
5.1.1 Quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010....	52
5.1.2 Quadro de recursos humanos por escolaridade – situação apurada em 31/12/2010.	52
5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	53
5.2.1 Quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2010.....	53
5.2.2 Quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010.....	53
5.3. Composição do quadro de Estagiários.....	53

5.4. <i>Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010</i> .....	54
5.5. <i>Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i> .....	55
5.5.1. <i>Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva</i> ..	55
5.5.2. <i>Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i> .....	56
5.5.3. <i>Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra</i> .....	58
5.5.4. <i>Demonstrativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU Nº 1.520/2006-Plenário)</i> .....	59
5.5.5. <i>Providências adotadas para substituição dos terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU nº 1.520/2006-Plenário)</i> .....	59
5.6. <i>Indicadores gerenciais sobre recursos humanos</i> .....	60
5.6.1. <i>Absenteísmo</i> .....	60
5.6.2. <i>Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais</i> .....	60
5.6.3. <i>Rotatividade (turnover)</i> .....	60
5.6.4. <i>Educação continuada</i> .....	60
5.6.5. <i>Satisfação e motivação</i> .....	70
5.6.6. <i>Disciplina</i> .....	70
5.6.7. <i>Desempenho funcional</i> .....	70
5.6.8. <i>Níveis salariais</i> .....	71
5.6.9. <i>Demandas trabalhistas</i> .....	71
5.7. <i>Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e declarações de bens e rendas</i> .....	72
6. <i>TRANSFERÊNCIAS</i> .....	73
6.1. <i>Transferências efetuadas no exercício</i> .....	73
7. <i>FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</i> .....	73
7.1 <i>Estrutura de controles internos da UJ</i> .....	73
8. <i>GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS</i> .....	75
9. <i>GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO</i> .....	77
9.1. <i>Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial</i> .....	77
9.1.1. <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União</i> .....	77
9.1.2. <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros</i> .....	77
9.1.3. <i>Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ</i> .....	77
10. <i>GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</i> .....	78
11. <i>RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS</i> .....	79
12. <i>DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</i> .....	80
12.1. <i>Deliberações do TCU atendidas no exercício</i> .....	80
12.2. <i>Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício</i> .....	89
12.3. <i>Recomendações do OCI atendidas no exercício</i> .....	92
12.4. <i>Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício</i> .....	95
13. <i>INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</i> .....	96
13.1. <i>Despesas com cartão de crédito corporativo</i> .....	96
13.2. <i>Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)</i> .....	96
B – <i>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO</i> .....	97
1. <i>DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL</i> .....	97



## INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2010.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2010. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2010 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração central, das Superintendências e dos Distritos Regionais, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

HELIO CARDOSO DERENNE  
Diretor Geral

## A – CONTEÚDO GERAL

### 1. Identificação

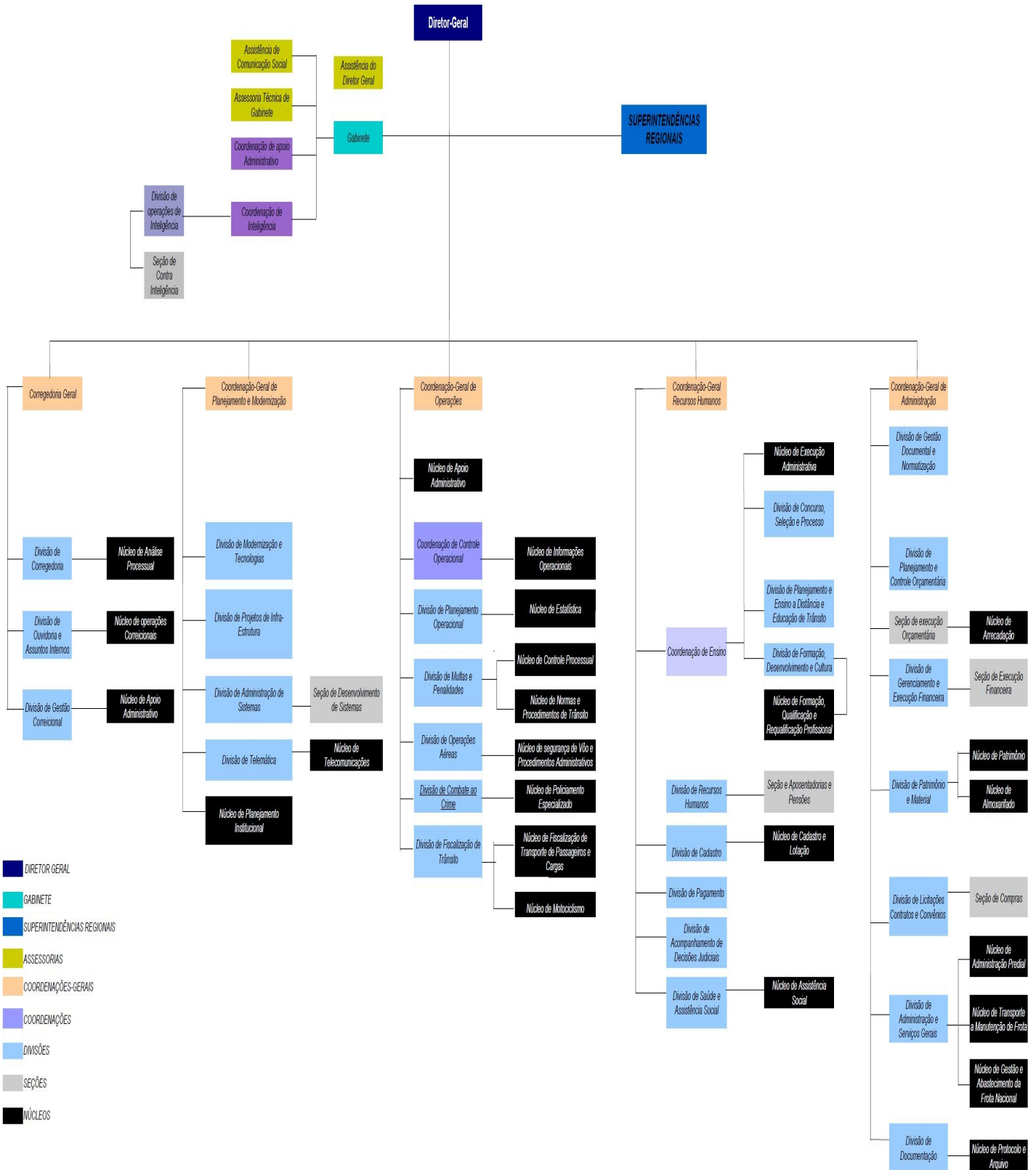
#### 1.1. Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério da Justiça	Código SIORG: 000704	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
Denominação abreviada: DPRF		
Código SIORG: 000704	Código LOA: 30107	Código SIAFI: 200109 e 200230
Situação: Ativa		
Natureza jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo		
Principal atividade: Segurança e ordem pública	Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones de contato: (61) 2025-6700 / 2025-6632	Fax de contato: (61) 2025-6713	
Endereço eletrônico: <a href="mailto:ouvidoria@dprf.gov.br">ouvidoria@dprf.gov.br</a>		
Página institucional na internet: <a href="http://www.dprf.gov.br">www.dprf.gov.br</a>		
Endereço Postal: SEPN Qd. 506, Bloco C, Projeção 8 – Asa Norte – Brasília-DF – CEP 70.740-530		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normativos de criação e alteração da UJ: Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 1.655/1995.		
Outras normas infralegais: Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
200109	Depto. de Polícia Rodoviária Federal.	
200230	Depto. de Polícia Rodov. Federal – Dir. Geral	

## 1.2. Identificação das Unidades Descentralizadas

- ✓ 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Goiás – UG 200121;
- ✓ 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Mato Grosso – UG 200120;
- ✓ 3ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Mato Grosso do Sul – UG 200128;
- ✓ 4ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Minas Gerais – UG 200115;
- ✓ 5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio de Janeiro – UG 200116;
- ✓ 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – São Paulo – UG 200117;
- ✓ 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Paraná – UG 200118;
- ✓ 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Santa Catarina – UG 200125;
- ✓ 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio Grande do Sul – UG 200119;
- ✓ 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Bahia – UG 200114;
- ✓ 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Pernambuco – UG 200113;
- ✓ 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo – UG 200126;
- ✓ 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Alagoas – UG 200129;
- ✓ 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Paraíba – UG 200122;
- ✓ 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio Grande do Norte – UG 200123;
- ✓ 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Ceará – UG 200112;
- ✓ 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Piauí – UG 200127;
- ✓ 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Maranhão – UG 200124;
- ✓ 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Pará – UG 200111;
- ✓ 20ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Sergipe – UG 200130;
- ✓ 21ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rondônia e Acre – UG 200131;
- ✓ 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Distrito Federal – UG 200141;
- ✓ 2º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Tocantins – UG 200139;
- ✓ 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Amazonas – UG 200110;
- ✓ 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Amapá – UG 200233;
- ✓ 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Roraima – UG 200232.

### 1.3 Estrutura Organizacional do DPRF



- DIRETOR GERAL
- GABINETE
- SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
- ASSESSORIAS
- COORDENAÇÕES-GERAIS
- COORDENAÇÕES
- DIVISÕES
- SEÇÕES
- NÚCLEOS

## 2. Gestão orçamentária e financeira

A gestão do orçamento consignado ao DPRF é concentrada na Unidade Orçamentária localizada na Sede sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, com a execução efetuada por 28 Unidades Gestoras.

A elaboração da proposta orçamentária resulta da identificação e levantamento das necessidades junto às diversas áreas do Departamento a partir das diretrizes estabelecidas pela Administração Central. Reiteradamente os limites consignados ao Órgão são insuficientes para contemplar o atendimento das demandas, conforme restará demonstrado ao final deste capítulo.

Visando otimizar a execução orçamentária, a área administrativa e financeira vem implementando uma série de ações voltadas para a modernização da gestão, especialmente após o início dos trabalhos atinentes ao planejamento estratégico dessa seara de atuação.

Assim, diversas ações estão em andamento, as quais estão conjugadas em 10 objetivos estratégicos, conforme segue:

- Unidades Centralizadoras de Compras: prevê metodologia de centralização de aquisições para atender as demandas de todas as Unidades Gestoras, mediante a utilização do Sistema de Registro de Preços, o que resulta em menor custo de aquisição face ao ganho de escala;
- Comunicação: contempla a revisão dos mecanismos de comunicação entre as unidades do DPRF visando otimizar o tempo de resposta às demandas, bem como reduzir os custos;
- Catálogo de materiais: estabelecimento de catálogo de materiais contemplando, dentre outras informações, a codificação do bem, a descrição sucinta, a descrição detalhada, a especificação técnica, informações sobre estoque e ressuprimento, etc;
- Capacitação: prover a disseminação de conhecimento técnico e gerencial entre os servidores atuantes no ciclo de gestão, visando melhorar os resultados obtidos com a execução do orçamento; Fortalecimento e expansão das equipes táticas através de cursos como o de Técnicas Policiais de Combate ao Crime e Doutrina de Operações com cães.
- Planejamento orçamentário: melhoria da metodologia de identificação de necessidade, estimativa de custos, elaboração de projetos e formatação da proposta orçamentária visando subsidiar o encaminhamento das demandas ao Ministério da Justiça;
- Gestão de imóveis: implementar projeto de modernização do acervo de imóveis da Instituição, contemplando aspectos pertinentes a funcionalidade, identificação visual, situação cadastral, condições de operacionalidade, dentre outros;
- Sistema de gestão: adotar ferramenta informatizada de gestão administrativa e de recursos humanos visando centralizar os dados da gestão e digitalizar procedimentos, o que resultará em melhoria do tempo de resposta às demandas da atividade finalística.
- Nova estratégia operacional: Plena implementação da Gestão por resultados através da Portaria nº 30/2009 que apresenta indicadores para as regionais, bem como utiliza nova metodologia de avaliação de desempenho individual do efetivo operacional.
- Planejamento Estratégico: instrumentalizar a Instituição dos meios de gestão para o estabelecimento dos parâmetros que vão direcionar a atuação da PRF, na condução da liderança, assim como o controle das atividades.
- Ações para grandes eventos: integrar e articular em conjunto com o Ministério da Justiça, ações de segurança pública para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

## 2.1. Responsabilidades institucionais

### 2.1.1. Competências Institucionais

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, referenciada pela Carta Magna de 1988, em seu art. 144, estabelece como fator primordial o patrulhamento das rodovias federais, que se estende em mais de 61.000 km de vias nacionais sob sua circunscrição.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma unidade administrativa central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 Superintendências e 05 Distritos, além de 147 sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 400 postos fixos de fiscalização, compreendendo uma estrutura que abrange todo o território nacional.

O desenvolvimento de suas atribuições constitucionais perpassa por duas principais vertentes: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal se insere no Sistema de Segurança Pública, juntamente com o Departamento de Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, e sua atuação nos Estados e Municípios.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições decorre do modal rodoviário, tendo em vista que esta representa o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade das rodovias do país, de modo presente em todo o país, atuando por vezes como única identificação do Governo Federal com a população.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando a preservação da incolumidade pública e a manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

A Instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas pessoais e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros roubados ou furtados e na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF, a atuação se insere em um conjunto de atribuições de prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade do cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a redução do número de acidentes, em relação ao aumento da frota nacional, bem como dos danos decorrentes dos mesmos, evitando que vidas sejam perdidas.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, tendo impacto direto na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, entre outros.

Assim, este Órgão tem buscado ao longo dos anos uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, através da assistência direta e a orientação, através de campanhas educativas e ações junto àqueles que trafegam nas rodovias.

Nesse diapasão é que o Departamento vem delineando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, aquelas que requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

Nesse sentido, a Polícia Rodoviária Federal tem fornecido subsídios para que os Estados federados e entes do Governo Federal também implementem políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação da Instituição tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais órgãos com a sociedade em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à sociedade, beneficiária de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

### 2.1.2. Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos definidos para 2010 foram:

- atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais, estipulada em 26,00 acidentes por 10.000 veículos;
- atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais estipulada em 1,40 mortos por 10.000 veículos;
- iniciar a elaboração do planejamento estratégico DPRF 2011-2016;
- implantação do sistema integrado de gestão;
- participar da elaboração do planejamento estratégico de segurança pública;
- participar da elaboração do planejamento estratégico do Ministério da Justiça
- acompanhar o projeto de reestruturação do DPRF ao MJ/MPOG
- acompanhar o projeto de lei orgânica do DPRF ao MJ/MPOG

## **2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

### 2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico

Foi ministrado curso sobre gestão estratégica para lideranças e o Curso Técnico sobre diagnóstico estratégico institucional. Foi realizada a pesquisa de campo através de lideranças internas (Diretor, Coordenadores-Gerais, Superintendentes, etc) e lideranças externas (ANTT, MPOG, DENATRAN, CGU, Min, Transportes, etc)

Ainda, houve o Seminário sobre o Diagnóstico Estratégico Institucional, realizado no final de dezembro de 2010, em Brasília-DF, contando com a presença de todos os Superintendentes Regionais para a elaboração do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, o qual utiliza a metodologia *Balanced Scorecard* alinhada à Gestão por Competências. Como consequência foi apresentado o Mapa estratégico da da PRF para 2011-2016, além da Missão, Visão e Valores da Instituição.

### 2.2.2. Análise do plano de ação

As principais estratégias da PRF no ano de 2010 foram:

- capacitação gerencial de todos os chefes de delegacia;
- capacitação de todo efetivo nos módulos de abordagens e tiro;
- melhorias nos Sistemas Gerenciais de Informação e no Sistema de Inserção de dados de acidentes (BR Brasil);
- licitação e contratação do projeto de monitoramento de viaturas;
- implementar o projeto de monitoramento de viaturas;
- maximizar a utilização de radares fotográficos em trechos críticos de acidentes;
- dar prosseguimento a obra da Sede do DPRF;
- execução das obras dos projetos de reforma de postos contratados em 2008;
- implementação de ferramenta informatizada dos procedimentos da área administrativa através dos seguintes módulos: módulo Contratos do Sistema de Patrimônio, Almoxarifado e Contratos – SIPAC.
- capacitação de servidores a fim de habilitar os gestores e técnicos do DPRF a elaborarem o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica utilizando a metodologia *Balanced Scorecard* alinhada a Gestão por Competências da Polícia Rodoviária Federal.



## 2.3. Programas de Governo

### 2.3.1. Execução dos Programas de Governo

#### 2.3.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1386		Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal				
Tipo de programa		Finalístico				
Objetivo geral		Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública				
Objetivos específicos		1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal				
Gerente de programa		Hélio Cardoso Derenne				
Gerente Executivo		Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas				
Público Alvo		Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
76.257.323	83.472.406	64.136.055	37.507.132	26.628.923	36.490.574	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	76,67	63,50
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
Devido as restrições orçamentárias o programa não atingiu a meta estabelecida de 76,67%, entretanto para o exercício de 2011 os projetos de reforma das bases operacionais estarão aptos a serem executados, juntamente com a renovação do parque de TI o que poderá reverter a tendência de não atingimento da meta final estabelecida para o PPA 2008-2011 de 80%. Entretanto será necessário o aporte de créditos suplementares para se alavancar os projetos previstos.						

### 2.3.1.1.1. Ação 1D49 – Construção de edifício-sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar o DPRF de Edifício Sede, em Brasília - DF, que possua estrutura física compatível à suas funções administrativas e operacionais, no sentido de melhor atender aos seus clientes internos e externos.
Descrição	Edificação do complexo central do DPRF, composto de edifício sede, academia, alojamentos, refeitório e centro de convenções localizada na cidade de Brasília/DF, a ser realizada através de certame licitatório, mediante projeto básico definido pela área de engenharia da Polícia Rodoviária Federal.

### 2.3.1.1.2. Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

### 2.3.1.1.3. Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

#### 2.3.1.1.4. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.

#### 2.3.1.1.5. Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária

Tipo	Atividade
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

2.3.1.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0663		Denominação: Segurança pública nas rodovias federais				
Tipo de programa		Finalístico				
Objetivo geral		Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito				
Objetivos específicos		Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais				
Gerente de programa		Hélio Cardoso Derenne				
Gerente Executivo		Alvarez Simões Filho				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.				
Público Alvo		Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$		
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
94.194.339	138.453.339	93.488.201	83198922	10.289.279	82.398.968	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/2007	1,51	1,35	1,40	1,29
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O Indicador alcançou 108,83%. A força de trabalho e a disponibilidade orçamentária (será melhor comentada no Indicador Taxa de Variação de Acidentes) não permitiu alcançar números melhores. Entretanto os esforços no sentido de combater a alcoolemia e o excesso de velocidade lograram êxito em trabalhar para o atingimento da meta.						
Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade	02/01/2007	27,20	25,50	26,00	27,13
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O Indicador em questão teve o alcance de 95,82%. Como relatado na Avaliação do Programa (ano base 2009) a defasagem da força de trabalho (efetivo) e dotação orçamentária abaixo da necessária são os maiores óbices ao atingimento de todas as metas do Programa, principalmente						

quanto a ocorrência de acidentes. Vale lembrar que a malha policiada subiu de 62.000 Km para aproximadamente 67.000Km. É imperiosa a necessidade de completamento da quadro de efetivo legal(13.098 cargos). Atualmente a PRF conta com 9.181 cargos preenchidos.						
<b>Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais</b>						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/2007	65,00	80,00	76,00	Sem apuração
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Por restrições orçamentárias/financeiras para aquisição de meios e movimentação de pessoal, o Indicador ainda não foi aferido. Pretende-se fazê-lo no início do exercício 2011.						

#### 2.3.1.2.1. Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.

#### 2.3.1.2.2. Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.

#### 2.3.1.2.3. Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.

#### 2.3.1.2.4. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

#### 2.3.1.2.5. Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

#### 2.3.1.2.6. Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

#### 2.3.1.2.7. Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

#### 2.3.1.2.8. Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

#### 2.3.1.2.9. Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.



2.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais			
Objetivo geral		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos			
Objetivos específicos		Ação 2000 – Administração da Unidade Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos			
Gerente de programa		Não Existe			
Gerente Executivo		Não Existe			
Indicadores ou parâmetros utilizados		Não Existe			
Público Alvo		Governo			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.352.904.151	1.504.730.474	1.496.249.975	1.487.635.747	8.614.229	1.487.096.926
Informações sobre os resultados alcançados					
Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente. De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos,					

### 2.3.1.3.1. Ação 2000 – Administração da unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de f rota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>

### 2.3.1.3.2. Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

### 2.3.1.3.3. Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93

Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
-----------	--

#### 2.3.1.3.4. Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

#### 2.3.1.3.5. Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.

#### 2.3.1.3.6. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

2.3.1.3.7. Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

2.3.2. Execução física das ações realizadas.

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física prevista	Meta Física realizada	Meta Física a ser realizada em 2011
06	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	489	489	1.452
06	128	0663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	8.431	12.698	14.950
06	183	0663	2720	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1	0	1
06	181	0663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	8.500.000	12.210.268	8500
06	183	0663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	220	220	320
06	181	0663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	16.000	7.660	10.000
06	181	0663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1.235.294	3.019.857	2.611.111
06	452	0663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	100.000	91.473	100.000
06	301	0750	2004	Atividade	3 – Outras prioridade	unidade	24.420	23.409	20.540
04	365	0750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	2.680	2.500	2.631
04	331	0750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	800	583	639
04	306	0750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	10.110	9.776	9.925
06	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	47	43	51
06	181	1386	200G-0001	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	2	2	4
06	181	1386	200G-0052	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	0
06	181	1386	200G-0062	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	0
06	181	1386	200G-0066	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	1	0	0
06	181	1386	200G-0068	Atividade	3 – Outras Prioridades	% execução financeira	50	50	0
06	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	8	12	4
06	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção	83	82	76
06	122	1386	1D49	Projeto	4 – Nenhuma prioridade	% execução financeira	37	30	90
06	301	0750	20CW	Atividade	4- Nenhuma prioridade	unidade	6.839	Sem lançamento	6.839

### *2.3.2.1 Análise crítica*

#### AÇÃO 2720

Não houve execução devido a não inclusão do DPRF em Decreto Presidencial que nomina os Órgão que podem utilizar a ação. A falta de inclusão tem causado prejuízos as Operações de Inteligência da PRF. Existe processo nº 08.650.006.922/2005-09, para a regularização da situação, no Ministério da Fazenda.

#### AÇÃO 4290

Houve uma melhora na qualidade e na produtividade das ações realizadas ao longo do ano, em vista do maior aporte de recursos que possibilitou a aquisição de mais equipamentos e materiais. A distribuição do Manual em meio físico e em DVD, para treinar as equipes, possibilitou um ganho na produtividade das equipes, fato percebido pelo melhor rendimento da algumas regionais. Percebeu-se o ganho de produtividade, em vista de não ter ocorrido o 3ºCSR programado para setembro, e ainda assim, conseguiu-se aproximar da quantidade de 8000 motoristas avaliados.

#### AÇÃO 2524

As ações de iniciativa da Coordenação de Ensino, em comparação às demandas das outras Coordenações, tiveram importante papel na melhoria da democratização do ensino, uma vez que, em geral, sempre exigem a participação de representantes de todas as Regionais.

As Metas físicas foram atingidas e ultrapassadas em 50% em virtude da descentralização de várias ações que foram desenvolvidas pelas Regionais, aliado ao desenvolvimento do Programa de Atualização Policial, que tem por objetivo a multiplicação de conhecimentos inerentes a atividade fim. Este programa é dividido em quatro módulos, executados com o nosso quadro de instrutores e acompanhados pelos Núcleos de Capacitação das Regionais, em todas as 151 Delegacias do DPRF distribuídas nos Estados.

Os fatores elencados foram fundamentais para o atingimento da meta física, em virtude da grande capacidade de execução de um mesmo curso simultaneamente em todas as Regionais, através dos nossos instrutores e multiplicadores.

A execução financeira ficou abaixo do projetado e alguns fatores podem ter contribuído para isso, dentre eles podemos destacar as ações de capacitação realizadas por contratações com valores previstos acima do efetivamente contratado. Os valores não utilizados foram designados a outros projetos que não foram concretizados no decorrer do exercício.

Outro fator que comprometeu a plenitude da execução da meta financeira foi o não pagamento de um montante significativo de horas/aulas de alguns cursos realizados no exercício, tendo em vista terem ultrapassado o limite individual estabelecido por norma.

Ainda, podemos citar que algumas capacitações foram realizadas no mês de dezembro, após o fechamento da folha de pagamento. Há que se levar em consideração o pagamento de horas/aula ter sido executado pela primeira vez neste exercício, a partir do mês de outubro, o que demandou uma série de aprimoramentos.

#### AÇÃO 8692

As Ações Educativas foram suspensas por quatro meses, entre julho e outubro, devido as restrições do período eleitoral, por isso a meta física não foi alcançada.

Pelo mesmo motivo a execução financeira não executada na sua totalidade.

Para o ano de 2011 já existem projetos que vislumbram a execução total do orçamento de 2011.

Dentre as atividades realizadas no presente exercício cabe apresentar algumas iniciativas: projeto Festival Estudantil Teatro para o Trânsito FETRAN; projeto Cinema Rodoviário; Caravana Siga Bem; projeto Pé na Estrada; projetos de palestras e exposições de Educação para o Trânsito em escolas, empresas, etc; aquisição de kits educativos (mini multas, jogo da trilha, garrafinhas tipo esquete com mensagens educativas)

### AÇÃO 2B11

O maior montante do recurso se destina ao Monitoramento de Viaturas, que por dificuldades na licitação, só ocorreu no final do ano. E como há prova conceitual para a empresa com melhor lance, não houve assinatura de contrato em 2010.

### AÇÃO 2723

As metas propostas foram alcançadas com um superavit de 43,65.

As metas propostas foram superadas em mais de 40% (quantitativamente), contudo deve-se considerar os novos procedimentos contabilizados pela PRF, testes de etilômetros e pessoas fiscalizadas.

Dados de Fiscalização			
Ano	2008	2009	2010
Veículos fiscalizados	6.862.182	6.462.552	5.850.664
Autuações	1.454.502	1.672.603	1.692.188

Dados de Fiscalização - Alcoolemia			
Ano	2008	2009	2010
Dirigir sobre a influência de álcool	10.210	22.509	26.121

O DPRF apresentou aumento relevante no volume de prisões e apreensões, no exercício 2010, conforme tabela abaixo:

ITEM	Qtd.	2007	2008	2009	2010
Pessoas Detidas	Unid.	23.716	26.579	32.292	30.627
Maconha	Ton.	43,93	72,56	61,91	90,80
Cocaína	kg.	4.245,71	3.584,91	3.702,10	5.133.662
Haxixe	esfera	114.495	157.674	150.588	89.257
Crack	kg.	295,45	511,05	750,16	1.144,69
CD/DVD's	Unid.	5.812.655	7.267.284	9.132.720	5.799.680
Cigarros	Pct.	3.370.862	1.718.310	2.709.295	3.422.606
Combustíveis	litro	264.185	128.295	503.565	98.854
Informática	Unid.	122.940	85.585	105.771	98.613
Eletrônicos	Unid.	334.173	228.571	431.379	393.428
Medicamentos	Unid.	322.601	496.663	3.228.915	18.100.578
Armas	Unid.	1.534	1.469	1.644	1.398
Munições	Unid.	90.317	66.216	101.119	140.386
Animais Silvestres	Unid.	11.124	9.789	17.169	7.558
Madeira	m <sup>3</sup>	99.245	78.389	437.398	48.883
Trabalhador libertado	Unid.	533	906	797	636
Veículos recuperados	Unid.	3.644	3.451	3.993	3.602

## AÇÃO 86A1

A previsão inicial do financeiro para a LOA 2010 não seria suficiente para cumprir com todos os compromissos assumidos nesta ação, sendo previsto aproximadamente R\$ 60.000.000,00. Por isto a meta física foi colocada abaixo do real e a execução ficou com um percentual muito acima dos 100% ideais. Assim, foi necessário solicitar crédito suplementar.

Inicialmente, por meio de Decreto foi disponibilizado apenas R\$ 2.100.000,00, era insuficiente para atender ao ano todo, sendo necessário suspender o envio da notificação da penalidade - NP, a fim de não se pagar multa e juros à ECT.

Com o restabelecimento do envio da notificação, a frustração de arrecadação deste ano poderá ser compensada em 2011, exceto se não houver recursos suficientes nesta ação que leve a nova suspensão do envio das NP. Infelizmente, apesar da aprovação do crédito suplementar (R\$ 35.609.000,00), não houve a disponibilização total do limite de empenho e pagamento (liberado apenas R\$ 3.500.000,00), o que não permitiu a quitação de todos os débitos pendentes de 2010.

É importante frisar que quando se verifica mais de 240% de execução da meta física e quase 100% da meta financeira, isto não quer dizer que se teve a total eficiência na ação, mas que o planejamento anual está sempre dependendo de crédito suplementar.

Nesta ano, como não houve a liberação do crédito aprovado, não haverá como cumprir com todos os objetivos traçados para o ano (convênios com PMMG e ANTT - débito pendente de aproximadamente R\$ 20.000.000,00; Imprensa Nacional - pendente mais de R\$ 2.000.000,00; Contrato ECT - pendente mais de R\$ 10.000.000,00).

Assim, considerando a impossibilidade de pagamento com o orçamento de 2010, haverá necessidade de reconhecimento de dívida em 2011, o que levará à utilização do orçamento de 2011 para pagamento dos débitos de 2010, exigindo novamente crédito suplementar agora superior aos mais de R\$ 37.000.000,00 solicitados em 2010, o que certamente levará a situação semelhante a de 2010, com débitos pendentes, suspensão do envio de notificações, ocasionando os mesmos problemas, tanto para o DPRF quanto para o cidadão.

Com o retorno do envio da NP, pelo menos, será possível arrecadar os valores correspondentes, numa tentativa de recuperação da frustração de arrecadação ocorrida em 2010, correspondente a aproximadamente 30% do valor previsto. Todavia, se for necessário suspender o envio das notificações de penalidade (NP) novamente, não haverá condições de atingimento das metas previstas.

## AÇÃO 2816

O serviço de Inteligência da PRF executou um total de 220 (duzentas e vinte) Operações de Inteligência nas suas Regionais, com o apoio da COINT. Ocorreu também a aquisição de equipamentos de Inteligência e pagamento de serviços, os quais fazem parte da despesa para a execução de serviços da atividade. A ação em tela, atende as 21 Superintendências e os 5 Distritos da PRF, que abrange o pagamento de diárias, passagens aéreas, serviço e consumo.

## AÇÃO 200C

Os recursos originários foram quase 100% executados. Em dezembro foram concedidos 3 milhões de reais como crédito suplementar na ação. Contudo, não houve a transferência de limite de execução e empenho respectivo, sendo assim, o crédito permaneceu contingenciado, impossibilitando a sua execução.



As principais aquisições de veículos operacionais foram:

EXERCÍCIO AQUISIÇÃO			
	Qtd.	2007	2008
2010	Blazer 4X2	245	598
	Blazer 4x4	27	
	Pajero	84	
	Furgão – transporte material	3	
	Furgão – Transporte moto	5	
	Micro-ônibus	2	
	Ford Fusion	20	
	Tiida	31	
	Ford Fiesta	15	
	Frontier - cães	15	
	Frontier s/ guincho	54	
	Frontier c/ guincho	46	
	Sentra	33	
Motocicleta 660 XT	18		

#### AÇÃO 1D49

##### Considerações Iniciais

Contrato nº 17/2010. Obra iniciada em 19 de março de 2010. Prazo de execução de 18 (dezoito) meses, tendo assim a previsão de conclusão para 19 de setembro de 2011.

Escopo do Contrato: Serviços comuns a toda a obra; Edifício Sede; Etapa I do Centro de Convenções; Reservatórios Superior e Inferior de água; Guaritas; Casa de Lixo e Subestação.

##### Andamento da Obra

Dezembro.2010 – Coberturas, instalações elétricas, eletrônicas, incêndio, hidráulicas e sanitárias. Os blocos avançam nas instalações prediais.

As chuvas atrapalharam um pouco o andamento dos serviços, todavia, com a cobertura de sete dos oito blocos destinados as diretorias, o cronograma deverá se equilibrar nos meses de janeiro e fevereiro.

##### Blocos do CGO I e II

Laje da interligação. Anel interno de circulação no nível do mesanino.

O Centro de Convenções segue com as instalações prediais, alvenarias e estrutura de concreto.

Laje de cobertura e instalações prediais. Andaimos fachadeiros.

##### Considerações Finais

- Valor total da obra: R\$ 51.561.470,09.
- 1ª Medição paga: R\$ 241.495,46 – Referente ao período de 19 a 31 de março de 2010 – 0,47%.
- 2ª Medição paga: R\$ 816.718,15 – Referente ao período de 01 a 30 de abril de 2010 – 1,58%.
- 3ª Medição paga: R\$ 1.136.055,73 – Referente ao período de 01 a 31 de maio de 2010 – 2,20%.
- 4ª Medição paga: R\$ 1.693.147,54 – Referente ao período de 01 a 30 de junho de 2010 – 3,28%.

- 5ª Medição paga: R\$ 1.523.317,25 – Referente ao período de 01 a 31 de julho de 2010 – 2,95%.
- 6ª Medição paga: R\$ 1.530.733,47 – Referente ao período de 01 a 31 de agosto de 2010 – 2,97%.
- 7ª Medição paga: R\$ 1.436.297,59 – Referente ao período de 01 a 30 de setembro de 2010 – 2,78%.
- 8ª Medição paga: R\$ 1.357.810,25 – Referente ao período de 01 a 31 de outubro de 2010 – 2,63%.
- 9ª Medição paga: R\$ 2.282.484,29 – Referente ao período de 01 a 30 de novembro de 2010 – 4,43%.
- Aditivo 01 pago: outubro/novembro de 2010 - R\$ 202.329,27 – 0,39%.
- 10ª Medição aprovada: R\$ 3.429.938,36 – Referente ao período de 01 a 31 de dezembro de 2010 – 6,65% - total acumulado de 30,34%.

1. A metodologia de análise da medição segue a partir do acompanhamento diário realizado pela equipe de fiscalização, os consequentes registros no diário de obras, os controles dos planejamentos semanais encaminhados pela construtora e finalmente a avaliação do boletim da medição, realizado pela fiscalização.

- Ritmo da obra bom. Período chuvoso.

#### AÇÃO 200G-0001-NACIONAL

Os recursos desta ação foram previstos para a execução da obra de relocação do posto de fiscalização localizado em Porto Velho/RO, todavia, em virtude de problemas na contratação e elaboração dos projetos, não foi possível executar esta obra em 2010.

Assim, além da cobertura de aditivos em contratos firmados no exercício anterior, os recursos foram remanejados para a contratação de novos projetos de construção ou para obras de construção de pequenas edificações como por exemplo os canis.

Embora não tenha sido possível realocar o posto previsto neste localizador, consideramos que a execução foi satisfatória, tendo em vista que a verba foi remanejada para:

- . Projeto de Canil (ES);
- . Projeto de sala de RX (RO-AC);
- . Cercamento de área em 3 regionais (AM/SC/PE);
- . Obra do Canil (ES);
- . Adituação de 4 contratos.

#### AÇÃO 200G-0052-GOIÁS

Por se tratar de recurso específico alocado em função de emenda parlamentar, a programação da execução dos recursos referentes a este localizador é de responsabilidade da Unidade Regional.

A princípio o valor consignado seria destinado à obra de reforma do posto Leônidas Sisteroli, localizado na BR- 060 na saída Goiânia/Brasília.

Em face da impossibilidade de seguir a previsão inicial, a regional decidiu que iria licitar a iluminação externa de dois postos de fiscalização com maior deficiência nesta iluminação, todavia não foi possível concluir o processo de contratação em tempo hábil.

#### AÇÃO 200G-0062-VITÓRIA

Os Recursos alocados neste localizador serão destinados ao início da obra de construção do edifício Sede da Unidade Regional. Atualmente o processo encontra-se em fase de elaboração dos projetos de engenharia os quais deverão ser finalizados e entregues no segundo semestre de 2010.

A expectativa é de se iniciarem as obras no último trimestre de 2010.

A previsão inicial era de que a projetista contratada entregaria todos os projetos em julho. Infelizmente os projetos só foram entregues em novembro e, ainda assim, de forma incompleta. Ainda assim a regional optou por licitar ao menos a parte entregue.

A licitação ocorreu na modalidade Concorrência e a fase de Abertura da Habilitação, em virtude dos prazos legais, ficou para o dia 28/12. Como as licitantes não declinaram do prazo recursal, a licitação não pôde ser concluída em 2010.

#### AÇÃO 200G-0066-PI

O recurso alocado neste localizador seria destinado à Construção de Unidade em Bom Jesus/PI, todavia a localidade não cumpre os requisitos e normativas internos para viabilizar-se a obra como: disponibilidade de efetivo, viaturas, dentre outros.

Assim, a Unidade Regional deverá adotar providências para adequação do processo e possível remanejamento dos recursos.

Em contato com a regional, informou-se que o remanejamento dos recursos não foi autorizado, por este motivo não houve empenho em 2010.

#### AÇÃO 200G-0068-PR

Dos R\$ 15.583.177 inicialmente previstos, R\$ 10.500.000 foram empenhados em dezembro conforme abaixo:

. R\$ 10.073.512,58 - Construção da Sede (a ser liquidado durante todo o ano 2011) correspondente a 31,82% dos R\$ 31.661.609,64 contratados;

. R\$ 426.487,42 - Fiscalização da Obra (a ser liquidado durante todo o ano 2011) correspondente a 30,46% dos R\$ 1.400.000,00 contratados.

Conforme informações da regional, a obra deverá ter início em 31.01.2011.

#### AÇÃO 8698

Durante o ano de 2010 conseguimos atualizar o projeto VOIP na 12ª SRPRF/ES, 1ª DRPRF/DF, 7ª SRPRF/PR, 10ª SRPRF/BA, 3ª SRPRF/MS, 15ª SRPRF/RN 4ª SRPRF/MG, 21ª SRPRF/RO, 9ª SRPRF/RS, Sede em Brasília do DPRF e o hangar onde funciona a CGO, fazendo com que os custos com telefonia a médio prazo caiam e estimulando o usuário interno ao uso de nossa rede para comunicação de voz;

Também custeou-se as contas de telefonia e contratos de sistemas de TI que laboram a sua gestão no DPRF em Brasília; Convênio da UFRN com o MJ/DPRF foram executados os valores de R\$ 627.000,00;

#### AÇÃO 8623-0001-NACIONAL

Para 2010 foi planejada a seguinte distribuição de recursos em face das demandas do DPRF:

- 1) Despesas com obras de pequeno vulto emergenciais ou não previstas: R\$ 255.000,00
- 2) Aditivos a contratos firmados em 2009: R\$ 289.497,45
- 3) Reformas em imóveis situados em Brasília-DF: R\$ 1.223.233,00

Em face dos acontecimentos surgidos ao longo do ano bem como da alteração da ordem de prioridade em relação às obras que seriam executados nos imóveis situados em Brasília, os recursos previstos no item 3 acima foram remanejados.

Os créditos adicionais no valor de R\$ 1.180.000,00 foram liberados no final do exercício e não houve tempo hábil nem limite orçamentário para realização dos empenhos. Em razão disso o valor total empenhado no exercício ficou bastante próximo do valor inicial previsto na LOA.

#### AÇÃO 8623-0058-PB

Os projetos não foram concluídos à tempo para realizar a licitação.

#### AÇÃO 8623-0060 – MT

Os projetos não foram concluídos à tempo para realizar a licitação.

*2.3.3. Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigência dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos.*

No que se refere às ações de publicidade institucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, os recursos advem da Ação 4641, conforme segue:

Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

No exercício de 2010 não foram realizadas despesas na Ação 4641.

## 2.4. Desempenho orçamentário e financeiro

### 2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109

#### 2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupo de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
L O A	Dotação proposta pela UO	1.959.165.733	1.918.964.667	0	0	288.700.814	336.531.820	
	PLOA	1.959.165.733	1.918.964.667	0	0	193.446.850	217.553.595	
	LOA	1.959.165.733	1.918.964.667	0	0	185.102.742	217.803.595	
C R É D I T O S	Suplementares	9.900.000	256.340.000	0	0	58.183.993	75.463.316	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	10.000	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	-6.385.000	-4.100.000	
Outras Operações	0	0	0	0	0	0		
<b>Total</b>		<b>1.969.065.733</b>	<b>2.175.304.667</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>236.911.735</b>	<b>289.166.911</b>	

#### 2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupo de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
L O A	Dotação proposta pela UO	109.779.370	169.320.949	0	0	0	0	
	PLOA	26.633.400	36.530.661	0	0	0	0	
	LOA	48.483.400	60.692.984	0	0	0	0	
C R É D I T O S	Suplementares	34.485.000	9.870.000	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	5.501.000	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-25.501.000	-5.684.917	0	0	0	0	
Outras Operações	0	0	0	0	0	0		
<b>Total</b>		<b>57.467.400</b>	<b>64.878.067</b>	<b>5.501.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
L O A	Dotação proposta pela UO	2.247.866.547	2.255.496.487	109.779.370	169.320.949	0	0	
	PLOA	2.152.612.583	2.136.518.262	26.633.400	36.530.661	28.601.553	47.364.825	
	LOA	2.144.268.475	2.136.768.262	48.483.400	60.692.984	28.601.553	47.364.825	
C R É D I T O S	Suplementares	68.083.993	331.803.316	34.485.000	9.870.000	0	0	
	Especiais	Abertos	10.000	0	5.501.000	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-6.385.000	-4.100.000	-25.501.000	-5.684.917	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		<b>2.205.977.468</b>	<b>2.464.471.578</b>	<b>62.968.400</b>	<b>64.878.067</b>	<b>28.601.553</b>	<b>47.364.825</b>	

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200110 – 200233 - DPRF		2.176.225.926	0	172.471.532
	Recebidos			0	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	393012 - DNIT		0	0	19.080
		170009 - ESAF		0	0	23.486
		153103 - UFRN		0	0	627.433
	Recebidos	200006 - CGRH/MJ		0	0	9.204.844
		153978 – INEP		0	0	131.024
		200094 – CGOF/MJ		0	0	6.620.580
		257001 – FNS		0	0	3.225.135
		393001 – ANTT		0	0	2.048.739
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	Concedidos	200110 – 200233 - DPRF		21355308	0
	Recebidos			0	0	0
Movimentação Externa	Concedidos			0	0	0
	Recebidos	200094 – CGOF/MJ		52.546.076	0	0

#### *2.4.1.4.1. Análise crítica*

A atual estrutura do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é constituída pela Administração Central, 21 Superintendências, 5 Distritos Regionais, 147 Delegacias e 400 unidades de atendimento ao cidadão, distribuídas ao longo de aproximadamente 66.000 km de rodovias federais<sup>1</sup>.

Após levantamento junto às Regionais, realizado pelos Coordenadores de Ação, e consolidação das demandas pela Unidade Orçamentária, a dotação proposta pelo Órgão alcançou o total de R\$ 505.852.769 (quinhentos e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e sessenta e nove reais), sendo R\$ 336.531.820 de custeio e R\$ 169.320.949 de investimento.

Apesar do DPRF/MJ ter executado em 2009 o total de R\$ R\$ 275.180.123 (duzentos e setenta e cinco milhões, cento e oitenta mil, cento e vinte e três reais), o Ministério da Justiça-MJ disponibilizou para a elaboração da proposta orçamentária o limite de de R\$ 254.084.256 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, oitenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais), valor muito inferior à dotação necessária ao atendimento satisfatório das reais demandas.

Por outro lado, é inevitável a expansão dos gastos, decorrente principalmente da repactuação dos contratos continuados, do reajuste dos preços dos serviços públicos e insumos, da necessidade de manutenção das unidades de atendimento ao cidadão, da ampliação das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, do aumento da frota que circula em rodovias federais e do aumento da malha rodoviária com a retomada de trechos estadualizados, por decisão judicial, a exemplo do que ocorreu no Estado do PR.

Tal restrição orçamentária compromete a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das atribuições institucionais, impedindo sua manutenção satisfatória e a realização dos investimentos tão necessários à modernização e aparelhamento do Órgão, tais como: renovação da frota, adequação das instalações físicas, aquisição de equipamentos de TI, mobiliário para as bases operacionais, equipamentos e materiais aplicados na atividade fim.

A maior parte da dotação disponibilizada pelo MJ é destinada às despesas de garantia de funcionamento: manutenção de aeronave, abastecimento da frota, comunicação de dados (frame relay, MPLS), telefonia, abastecimento e manutenção da frota veicular, sendo premente a necessidade de ampliação do valor definido para elaboração da Proposta Orçamentária.

No Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária teve acréscimo de R\$ 24.412.323 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e doze mil, trezentos e vinte e três), decorrente das seguintes Emendas:

1 – No valor de R\$ 7.479.146, no Programa de Trabalho: 06.181.1386.200G.0062 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – Vitória – ES;

2 – No valor de R\$ 15.583.177, no Programa de Trabalho 06.122.1386.1D49.0068 – Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – no Estado do Paraná;

<sup>1</sup> Dados operacionais informados pelo NUEST/DFT/CGO



- 3 – No valor de R\$ 500.000, no Programa de Trabalho 06.181.1386.200C.0001 – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária Federal – Nacional;
- 4 – No valor de R\$ 150.000, no Programa de Trabalho 06.181.1386.200G.0052 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Estado de Goiás;
- 5 – No valor de R\$ 150.000, no Programa de Trabalho 06.181.1386.8623.0058 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – João Pessoa – PB;
- 6 – No valor de R\$ 300.000, no Programa de Trabalho 06.181.1386.200G.0066 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – Construção de Posto Rodoviário em Bom Jesus – Piauí – No Estado do Piauí;
- 7 – No valor de R\$ 250.000, no Programa de Trabalho 06.181.1386.8623.0060 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – Reforma Posto da PRF em Nova Mutum – MT

Com o acréscimo das emendas parlamentares, o orçamento do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, consignado na Lei Orçamentária Anual de 2010, foi de R\$ 278.496.579 (duzentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quinhentos e setenta e nove reais), sendo R\$ 217.803.595 para ODC – Outras Despesas Correntes (custeio e benefícios) e R\$ 60.692.984 para Investimento.

No decorrer do exercício, por conta das restrições orçamentárias, foi concedido crédito adicional no valor total de R\$ 75.548.399 (setenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa e nove reais).

Na elaboração da proposta orçamentária, a Unidade alocou os créditos orçamentários, de acordo a prioridade das demandas apresentadas, ou seja, procurou assegurar as dotações necessárias para a manutenção da unidade. Assim, a realização dos investimentos tão necessários à modernização e aparelhamento da PRF dependeu sobremaneira da concessão do citado crédito adicional.

Não é razoável a constituição de Reserva de Contingência nas Leis Orçamentárias de 2009 e 2010, nos valores de R\$ 28.601.553 e R\$ 47.364.825, respectivamente, por conta do limite para elaboração da proposta orçamentária do Órgão ser inferior à previsão de receita.

Cabe mencionar que tais reservas são constituídas com recursos provenientes da arrecadação de multas, cuja aplicação deve ser, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, de acordo com o disposto no art. 320, da Lei 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro, regulamento pela Resolução 191/2007 do CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito.

Enquanto a citada receita é utilizada para a finalidade acima, não são disponibilizado ao DPRF/MJ recursos suficientes para processar e arrecadar as multas de trânsito, o que caracteriza claro descumprimento à legislação vigente e compromete a arrecadação do Órgão.

## 2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários

#### 2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	127.915.565		92.077.094	
Convite	127.915.565	147685110	92.077.094	108.602.402
Tomada de Preços	473.819	148.730	137.732	85.050
Concorrência	7.121.096	517.915	978.481	150.840
Pregão	6.183.746	31.150.466	3.977.177	13.292.977
Concurso	114.136.904	115.867.999	86.983.704	95.073.535
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	45.973.337	42.808.059	32.878.950	31.446.784
Contratações Diretas		não se aplica		não se aplica
Dispensa	69.637.288	44.053.547	42.186.088	37.364.755
Inexigibilidade	46.313.878	34.896.100	36.229.868	30.107.659
Regime de Execução Especial	23.323.410	9.157.447	5.956.220	7.257.096
Suprimento de Fundos	93.383	114.594	91.310	109.658
Pagamento de Pessoal	93.383	114.594	91.310	109.658
Pagamento em Folha	2.001.627.912	2.239.882.179	2.001.618.564	2.239.861.241
Diárias	1.983.987.649	2.215.766.081	1.983.987.649	2.215.766.081
Outros	17.640.263	24.116.098	17.630.915	24.095.160

#### 2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	1.962.120.587	2.171.997.684	1.962.120.587	2.171.997.684	0	0	1.962.120.587	2.171.997.684
01 - aposentadorias e reformas	559.895.681	631.033.222	559.895.681	631.033.222	0	0	559.895.681	631.033.222
03 - pensões	146.258.364	168.872.982	146.258.364	168.872.982	0	0	146.258.364	168.872.982
08 - outros benefícios assistenciais	689.915	1.430.291	689.915	1.430.291	0	0	689.915	1.430.291
11 - vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.004.340.578	1.117.436.622	1.004.340.578	1.117.436.622	0	0	1.004.340.578	1.117.436.622
13 - obrigações patronais	217.342.545	242.840.059	217.342.545	242.840.059	0	0	217.342.545	242.840.059
16 - outras despesas variáveis - pessoal civil	433.895	473.716	433.895	473.716	0	0	433.895	473.716
91 - sentenças	32.950.573	9.184.522	32.950.573	9.184.522	0	0	32.950.573	9.184.522

judiciais								
92 - despesas de exercicios anteriores	209.036	726.270	209.036	726.270	0	0	209.036	726.270
2 - Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes	209.468.406	240.069.906	179.608.875	219.388.049	29.746.393	20.681.857	178.912.102	218.085.672
03 - pensoes	112.305	148.993	112.305	127.620	0	21.373	112.305	127.620
08 - outros beneficios assistenciais	2.214.661	2.541.700	2.214.661	2.320.447	0	221.253	2.214.661	2.320.447
14 - diárias	21.399.337	24.213.146	21.378.983	24.116.098	20.354	97.048	21.369.634	24.095.160
30 - material de consumo	38.012.835	33.337.272	30.287.691	29.193.343	7.725.143	4.143.929	29.680.396	28.558.048
31 - premiações cult.,	0	0	0	0	0	0	0	0
33 - passagens e desp. com locomoção	3.184.614	4.153.824	2.749.176	3.220.552	435.439	933.272	2.749.176	3.155.337
35 - serviço de consultoria	848.434	0	7.000	0	841.434	0	7.000	0
36 - serviços de terceiros	2.902.198	3.820.754	2.817.193	3.774.067	2.878	46.687	2.817.193	3.774.067
37 - locação de mão de obra	30.404.307	31.649.077	27.192.755	29.190.924	3.211.551	2.458.154	27.189.634	28.896.479
39 - outros serviços de terceiros	91.105.822	92.118.414	73.732.984	80.240.716	17.372.838	11.877.698	73.656.338	79.993.178
46 - auxílio alimentação	15.827.126	36.422.254	15.827.126	35.976.829	0	445.425	15.827.126	35.976.829
47 - obrig. tribut. e contrib.	232.111	295.811	221.217	267.850	10.894	27.961	221.217	267.812
49 - auxílio transporte	996.304	1.178.400	996.304	1.021.208	0	157.192	996.304	1.021.208
92 - despesas de exercicio anterior	1.437.142	2.015.813	1.320.609	1.998.858	85.523	16.955	1.320.609	1.998.858
93 - indenizações e restituições	791.210	8.174.447	750.871	7.939.537	40.339	234.910	750.509	7.900.629

### 2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	43.598.802	43.527.143	6.317.318	18.655.195	37.281.484	24.871.948	6.051.093	17.602.849
30 - material de consumo	27.839	0	0	0	27.839	0	0	0
39 - outros serviços terceiros	146.933	549.665	110.200	11.054	36.733	538.611	110.200	11.054
47 - obrigações tributárias e contributivas	0	1.040	0	0	0	1.040	0	0
51 - obras e instalações	5.743.588	31.021.888	363.656	12.911.374	5.379.932	18.110.514	363.656	12.894.142
52 - equip. e material permanente	37.680.442	11.954.550	5.843.462	5.732.767	31.836.980	6.221.783	5.577.237	4.697.653
92 - despesas de exercícios anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

#### 24.2.1.3.1. Análise crítica

Durante o exercício de 2010, a falta de um cronograma para as transferências de cota de limite ao DPRF, bem como o contingenciamento orçamentário, prejudicaram a execução dos recursos. A PRF tem como diretriz a centralização de compras para as grandes aquisições (Unidades Centralizadoras de Compras). Contudo, a realização do planejamento fica comprometida em razão das incertezas quanto à liberação de créditos orçamentários.

Devido à insuficiência de dotação inicial, o DPRF/MJ depende da concessão de créditos adicionais para cobrir as despesas de garantia de funcionamento, principalmente para processar e arrecadar as multas de trânsito. No entanto, os citados créditos são bloqueados no momento da concessão, prejudicando o atendimento pleno dessas despesas e o resultados operacionais, em especial a arrecadação.

O limite orçamentário disponibilizado pelo Ministério da Justiça dificultou sobremaneira a execução orçamentária do exercício, em especial as emendas parlamentares e os créditos adicionais, resultando num contingenciamento de R\$ 69.796.686 (sessenta e nove milhões, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e seis reais), prejudicando principalmente a execução da Ação Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela PRF e conseqüentemente a arrecadação do exercício. Somente nessa ação orçamentária ficaram bloqueados R\$ 32.109.000,79 (trinta e dois milhões de reais, cento e nove mil, setenta e nove centavos), impedindo a regularização de passivos com a Imprensa Nacional, os Correios, a Polícia Militar de Minas Gerais e ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestres.

Com base no limite transferido pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$ 284.248.292 (duzentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e dois reais), a execução orçamentária da dotação originária em 2010 foi de 99,77%, resultando numa execução de despesa na ordem de R\$ 283.597.048.

Considerando os destaques recebidos de outros órgãos, a execução orçamentária total no exercício foi R\$ 344.775.685,96 (trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco reais)

## 2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

### 2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	15.323.199	54.302.994	5.444.862	12.719.351,98
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	217.493	2.290.111,46	180.449	
Concorrência	113.494	1.297.815,17	28.948	84.545,36
Pregão	14.992.213	50.715.067,40	5.235.465	12.634.806,62
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas	94.424	2.166.581	44.496	8.109
Dispensa	67.724	1.300.620,54	44.496	8.109
Inexigibilidade	26.700	865.960,00	0	0
Regime de Execução Especial	766	0	766	0
Suprimento de Fundos	766	0	766	0
Pagamento de Pessoal	3.738.720	4.618.802	3.738.720	4.618.802
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	3.738.720	4.618.802	3.738.720	4.618.802
Outros	0	0	0	0

### 2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes	10.060.493	8.643.939	7.134.654	6.014.528	2.925.839	2.629.412	6.541.788	5.940.445
14 - diárias	3.740.885	4.654.655	3.738.719	4.618.802	2.165	35.854	3.738.719	4.618.802
30 - material de consumo	3.940.449	2.316.255	1.809.134	327.767	2.131.314	1.988.488	1.250.796	269.532
33 - passagens e desp. com locomoção	352.582	592.466	288.949	359.708	63.633	232.758	288.949	343.860
36 - serviços de terceiros	0	2.400	0	2.400	0	0	0	2.400
37 - locação de mão de obra	89.981	0	79.113	0	10.868	0	79.113	0
39 - outros serviços de terceiros	1.936.599	941.610	1.218.739	569.298	717.859	372.312	1.184.211	569.298
92 - despesas de exercícios anteriores	0	84.545	0	84.545	0	0	0	84.545
93 - indenizações e restituições	0	52.008	0	52.008	0	0	0	52.008

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	200	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	9.098.775	52.534.698	2.687.053	15.575.691	6.411.721	36.959.007	2.687.053	11.460.227
51 - obras e instalações	123.029	4.780.140	123.029	0	0	4.780.140	123.029	0
52 - equipamento e material permanente	8.975.746	47.754.558	2.564.024	15.575.691	6.411.721	32178867	2.564.024	11.460.227
5 – Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

*Análise crítica*

Os créditos orçamentários recebidos por destaque contribuíram para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal, permitindo o apoio técnico a outros órgão integrantes do Sistema Nacional de Segurança Pública.

A execução orçamentária desse tipo de crédito é facilitada, pois a gestão do contingenciamento compete ao Órgão Concedente, cabendo ao DPRF tão somente aplicá-lo de forma eficiente, procurando otimizar seus resultados operacionais.

Com as restrições orçamentárias impostas ao DPRF, os destaques tornaram-se fontes importantes de recursos para a realização das atividades da PRF. Embora sejam destinados a atividades específicas, os destaques possibilitam a aquisição/manutenção de equipamentos, bem como a realização de um maior número de operações, aumentando a presença da Polícia Rodoviária Federal ao longo das rodovias federais.

O valor total dos destaques recebidos de outros órgãos, incluindo o próprio Ministério da Justiça, alcançou o total de R\$ 64.774.548 (sessenta e quatro milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e oito reais), sendo executado R\$ 61.178.637 do total descentralizado.

No exercício de 2010, o Ministério da Justiça descentralizou o valor de R\$ 59.166.656 de créditos orçamentários vinculados ao PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, sendo R\$ 6.620.580 de custeio e R\$ 52.546.076 de investimento, os quais foram empregados na Operação Operação ABIGEATO – Combate aos crimes do campo e abigeato na região de fronteira/RS, no Projeto Segurança Pública: Trânsito com Cidadania, e em ações voltadas ao enfrentamento ao crack e outras drogas.

Assim, o PRONASCI, através da Operação Sentinela para enfrentamento ao crack e outras drogas na região de fronteira do país, em especial nos Estados de RS, SC, PR, MS, MT, RO, AC e RR, apresentou resultados significativos, os quais destacamos:

<b>Apreensões</b>	<b>Fronteira oeste: 08/09/2009 a 26/12/2009</b>	<b>Fronteira oeste: 08/09/2010 a 26/12/2010</b>	<b>Crescimento comparado</b>
Cacaina (Kg.)	997,74	1.059,98	6,24
Crack (Kg)	79,67	200,56	151,73
Maconha (Ton.)	4,39	14,33	226,54
Anfetamina/Barbitúrico (Un.)	21	6.614	31.395,24
Cigarro (Pac.)	639.168	795.289	14,73
Equip. Informática (Un.)	8.488	15.444	81,95
Eletrônicos (Un.)	39.671	91.359	130,29
Animais Silvestres (Un.)	89	1.290	1.349,44
Carvão (m²)	20	485	2.325,00

<b>Detenções</b>	<b>RO-AC</b>	<b>MT</b>	<b>MS</b>	<b>PR</b>	<b>SC</b>	<b>RS</b>	<b>Op. Sentinela</b>
Assaltantes de Carga	-	-	-	-	-	2	2
Assaltantes de Ônibus	-	-	-	2	-	-	2
Estrangeiros Ilegais	1	2	3	9	-	17	32
Mandados de Prisão	34	70	64	143	18	31	360
Tráfico de Entorpecentes	29	27	109	91	16	31	303
Roubo/Furto de veículos	18	30	61	80	16	12	217
Contrabando/Descaminho	20	30	47	69	18	55	239
Crimes de Trânsito	115	54	140	742	270	422	1.743
Crimes Ambientais	19	52	28	10	5	21	135
Outras Tipificações	55	95	88	217	58	160	673
<b>Total de Detidos</b>	<b>291</b>	<b>360</b>	<b>540</b>	<b>1.363</b>	<b>401</b>	<b>751</b>	<b>3.706</b>

Para cobrir despesas com o plano de Saúde GEAP, relativo aos servidores e dependentes, o DPRF/MJ descentralizou para o Ministério da Justiça o valor de R\$ 8.473.824. Também foi descentralizado para o citado Ministério o valor de R\$ 731.020, destinado à realização de exames periódicos dos servidores do Departamento.

Conforme previsto na Cláusula Sexta do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2009, firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e o DPRF/MJ, cujo objeto é o desenvolvimento de Tecnologia da Informação e modernização da Gestão Pública, aprimoramento de sistemas informatizados de gestão administrativa e de gestão de recursos humanos, foi descentralizado no exercício de 2010 o valor de R\$ 627.433 (seiscentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e três reais).

Outros destaques orçamentários recebidos:

○ **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU**

O convênio firmado entre o Ministério da Saúde (SAMU) e o DPRF auxiliou a execução das atividades de salvamento no âmbito das rodovias federais proporcionando a melhor utilização das viaturas e aeronaves de resgate. Os recursos foram utilizados com a manutenção do veículos, adaptação de postos e capacitação de servidores.

○ **Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT**

As descentralizações decorrentes do convênio entre o DPRF e a ANTT alcançaram o montante de R\$ 2.048.739, que foram empregados na realização de operações de fiscalização do transporte de passageiros e cargas, manutenção e abastecimento da frota.



### 2.4.3. Indicadores Institucionais

#### 2.4.3.1. Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

#### 2.4.3.2. Programa 1386

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

#### 2.4.3.3. Programa 0750

Não há indicador.

2.4.4. Relação dos Programas de Governo executados que não são de responsabilidade da unidade

Programa	Forma de participação	Responsabilidade da entidade na execução
PRONASCI	Descentralização de recursos - investimento e custeio	Realização dos recursos através de: Operação Operação ABIGEATO – Combate aos crimes do campo e abigeato na região de fronteira/RS, no Projeto Segurança Pública: Trânsito com Cidadania, e em ações voltadas ao enfrentamento ao crack e outras drogas.
SAMU	Convênio	Realização de atividades de salvamento no âmbito das rodovias federais proporcionando a melhor utilização das viaturas e aeronaves de resgate. Os recursos foram utilizados com a manutenção do veículos, adaptação de postos e capacitação de servidores.
ANTT	Convênio	Realização de operações de fiscalização do transporte de passageiros e cargas, manutenção e abastecimento da frota.

### 3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
CÓDIGO SIAFI	Denominação				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Inicial	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final
200109					
<b>Razões e Justificativas:</b>					

#### 3.1. Análise Crítica

Inexiste tal situação no âmbito do DPRF.

#### 4. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

##### 4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008	8.100,91		4.175.012,35	8.100,91
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	29.325.863,55	5.228.864,52	28.123.492,84	584.938,01
2008	20.948.958,03	1.328.526,82	18.295.579,39	4.611.431,82

##### 4.2. Análise crítica

Os restos a pagar processados de 2008 no valor de R\$ 8.100,91, estavam inscritos por dificuldades operacionais de cancelamento por nossa Unidade e foram baixados em 2010 pela Setorial Contábil do Ministério da Justiça

O saldo de restos a pagar não processados de 2009 no valor de R\$ 584.938,01, estão em análise para apuração do que será efetivamente executado e será ajustado dentro do prazo previsto pelo Decreto nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010, que prorrogou sua validade até o dia 30 de abril de 2011.

As informações de restos a pagar de 2008 e 2009 constantes da planilha acima, foram extraídas do SIAFI 2009 e 2010 na transação consultorc, tendo como referência o mês de dezembro.

## 5. Recursos Humanos

### 5.1. Composição do quadro de servidores ativos

#### 5.1.1 Quadro de servidores ativos

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>13.098</b>	<b>9.781</b>		
<b>1.1 Membros de poder e agente político</b>				
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-----	252	1	7
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-----	-----	-----	-----
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-----	-----	-----	-----
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-----	1	-----	-----
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>				
1.4.1 Cedidos	-----	17	-----	-----
1.4.2 Removidos	-----	44	-----	-----
1.4.3 Licença remunerada	-----	-----	-----	-----
1.4.4 Licença não remunerada	-----	-----	-----	-----
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>				
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>				
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	39	39		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-----	-----	-----	-----
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-----	-----	-----	-----
2.2.4 Sem vínculo	-----	-----	-----	-----
2.2.5 Aposentado	-----	4	-----	-----
<b>2.3 Funções gratificadas</b>				
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	35	35	-----	-----
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-----	-----	-----	-----
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-----	-----	-----	-----
<b>3 Total</b>	<b>74</b>	<b>392</b>	<b>1</b>	<b>7</b>

Fonte: Divisão de Cadastro – extração do Sistema SIAPE e SRH/DPRF

5.1.1 Quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>					
1.1 Membros de poder e agente político	-----	-----	-----	-----	-----
1.2 Servidores de Carreira	52	124	52	20	4
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-----	-----	-----	-----	-----
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	1	4	8	3	1
<b>2 Provedimento de cargo em comissão</b>					
2.1 Cargos Natureza Especial	-----	-----	-----	-----	-----
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	3	17	12	7	0
2.3 Funções gratificadas	3	19	9	3	1

Fonte: Divisão de Cadastro – extração do Sistema SIAPE e SRH/DPRF

5.1.2 Quadro de recursos humanos por escolaridade – situação apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Faixa Etária (anos)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>									
1.1 Membros de poder e agente político	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
1.2 Servidores de Carreira	-----	-----	2	3	111	136	-----	-----	-----
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-----	-----	-----	1	7	9	-----	-----	-----
<b>2 Provedimento de cargo em comissão</b>									
2.1 Cargos Natureza Especial	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-----	-----	-----	-----	14	25	-----	-----	-----
2.3 Funções gratificadas	-----	-----	-----	1	16	18	-----	-----	-----
<b>LEGENDA</b> Nível de Escolaridade 1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado.									

Fonte: Divisão de Cadastro – extração do Sistema SIAPE e SRH/DPRF

## 5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

### 5.2.1 Quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantitativo de servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1. Integral</b>		
1.1 Voluntária	4337	155
1.2 Compulsório	2	
1.3 Invalidez Permanente	381	12
1.4 Outras	-----	-----
<b>2 Proporcional</b>		
2.1 Voluntária	85	
2.2 Compulsório	34	8
2.3 Invalidez Permanente	141	31
2.4 Outras	-----	-----

### 5.2.2 Quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de servidores	Pensões concedidas em 2010
<b>1. Integral</b>	<b>2213</b>	<b>159</b>
<b>2 Proporcional</b>	<b>53</b>	<b>10</b>

## 5.3. Composição do quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>					
• Área fim	-	-	-	-	-
• Área meio	10	15	16	13	R\$ 67.426,39
<b>Nível médio</b>					
• Área fim	-	-	-	-	-
• Área meio	18	20	21	27	R\$ 55.045,43

#### 5.4. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2008	14.845.805,38	81.511,88	1.364.410,65	474.060,40	26.509,87	29.172,68	1.158.034,58	17.979.505,44
2009	16.295.900,27	93.493,54	1.416.310,89	585.255,83	18.601,75	45.139,30	902.513,57	19.357.215,15
2010	17.461.661,12	95.968,19	1.602.334,76	607.017,59	17.450,62	177.937,05	1.161.994,02	21.124.363,35
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>								
2008	86.319,84		8.392,71				1.943,88	96.656,43
2009	106.304,36		9.407,12	2.797,57			1.943,88	120.452,93
2010	161.155,35		16.397,73				4.864,00	182.417,08
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>								
2008		394.933,23	34.117,86	5.103,49			11.065,65	445.220,23
2009		370.053,60	30.413,16	15.194,88			13.376,10	429.037,74
2010		330.739,08	27.561,59	9.187,18			14.592,00	382.079,85
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior</b>								
2008	2.366.328,52	724.272,06	306.282,30	95.453,77	5.123,93		147.890,54	3.645.351,12
2009	3.273.061,91	862.320,51	359.393,91	116.805,19	3.275,04		125.132,29	4.739.988,85
2010	3.513.518,11	854.785,96	404.630,80	175.536,90	3.080,64	25.126,00	204.741,13	5.181.419,54
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>								
2008	2.111.566,25	126.857,13	191.133,34	77.063,13	12.000,75	12.167,42	255.370,13	2.786.158,15
2009	2.232.218,95	63.427,53	210.935,44	106.895,48	5.935,12	15.438,46	191.456,05	2.826.307,03
2010	2.864.219,32	79.840,86	286.790,91	118.042,31	4.620,96	38.043,32	257.387,35	3.648.945,03



## 5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

### 5.5.1. Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Departamento de Polícia Rodoviária Federal														
UG/Gestão: 200109							CNPJ: 00.394494/0104-41							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	036/2010	00.478.727/0001-89	23/12/04	20/12/10	28	28						E
2010	L	O	054/2010	37.063.013/0001-10	20/12/10		28	28						A
2010	V	O	010/2007	04.559.666/0001-35	04/05/07		32	32						P

Observação: As medidas adotadas por este DPRF, com vistas ao cumprir o Acórdão TCU n. 1.520/2006-P, que trata do prorrogação dos prazos concedidos pelo TCU para a substituição de terceirizados na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional por servidores concursados perpassa por alguns encaminhamentos, conforme segue:

Através do Ministério foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta para que fossem realizadas gestões no sentido de atender o contido no presente Acórdão de forma gradual. Houve tratativas no âmbito do MJ e SPOA, no intuito de realizar levantamentos acerca da demanda de terceirizados do Órgão, o que de pronto foi atendido por este Órgão.

Em um primeiro momento, foram realizadas as devidas substituições por servidores concursados no âmbito do MJ, ou seja, quanto ao cumprimento do cronograma para substituição das terceirizações a gestão ficou centralizada no Ministério da Justiça, de sorte que ao DPRF coube somente subsidiar com os dados pertinentes à matéria.

Inobstante, este DPRF tem envidados esforços no sentido de prover a área meio, que já possui Plano Especial de Cargos do DPRF, instituído pela Lei nº 11.784/2008, entretanto, tal normativo não estabeleceu o quantitativo de vagas necessárias para suprir as necessidades deste órgão. Foram enquadrados no referido plano os servidores oriundos de outros órgãos (por redistribuição ou remoção), que se encontravam em exercício neste Departamento. Vale ressaltar que o número de servidores enquadrados no Plano Especial de Cargos (aproximadamente 643 servidores) não é suficiente para atender à demanda das atividades da área-meio.

O DPRF solicitou ao Ministério da Justiça, através do Ofício nº 162/2008-DG/DPRF, gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, para que seja fixado em 3.411 (três mil quatrocentos e onze) o quantitativo de cargos no quadro funcional do Plano Especial de Cargos do DPRF, bem como autorizar a realização de concurso público para provimento de 2.665 (dois mil seiscentos e sessenta e cinco) vagas no respectivo cargo, incluindo a substituição da mão de obra terceirizada.

**LEGENDA**  
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior  
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Administração e Serviços-Gerais (DISEG/CGA)

## 5.5.2. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Departamento de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200109							CNPJ: 00.394494/0104-41						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	050/2004	00.478.727/0001-89	07/01/05	31/12/10			104	104			E
2010	1	O	006/2010	05.496.394/0001-34	27/01/10				78	78			A
2010	1	O	007/2010	08.496.394/0001-34	27/01/10				33	33			A
2010	3	O	011/2010	00.491.542/0001-04	27/01/10			7	7				A
2010	2	O	012/2010	00.491.542/0001-04	27/01/10			4	4				A
2010	1	O	010/2010	72.639.289/0001-02	27/01/10			9	9				A
2010	1	O	008/2010	72.639.289/0001-02	27/01/10			2	2				A
2010	1	O	009/2010	72.639.289/0001-02	27/01/10			9	9				A
2010	1	O	013/2010	06.098.311/0001-11	27/01/10					17	17		A
2010	1	O	003/2010	10.721.778/0001-43	27/01/10	21/09/10					2	2	E
2010	1	O	004/2010	10.721.778/0001-43	27/01/10	21/09/10					1	1	E
2010	1	O	005/2010	10.721.778/0001-43	27/01/10	21/09/10			4	4			E

Observação: As medidas adotadas por este DPRF, com vistas ao cumprir o Acórdão TCU n. 1.520/2006-P, que trata do prorrogação dos prazos concedidos pelo TCU para a substituição de terceirizados na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional por servidores concursados perpassa por alguns encaminhamentos, conforme segue:

Através do Ministério foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta para que fossem realizadas gestões no sentido de atender o contido no presente Acórdão de forma gradual. Houve tratativas no âmbito do MJ e SPOA, no intuito de realizar levantamentos acerca da demanda de terceirizados do Órgão, o que de pronto foi atendido por este Órgão.

Em um primeiro momento, foram realizadas as devidas substituições por servidores concursados no âmbito do MJ, ou seja, quanto ao cumprimento do cronograma para substituição das terceirizações a gestão ficou centralizada no Ministério da Justiça, de sorte que ao DPRF coube somente subsidiar com os dados pertinentes à matéria.

Inobstante, este DPRF tem envidados esforços no sentido de prover a área meio, que já possui Plano Especial de Cargos do DPRF, instituído pela Lei nº 11.784/2008, entretanto, tal normativo não estabeleceu o quantitativo de vagas necessárias para suprir as necessidades deste órgão. Foram enquadrados no referido plano os servidores oriundos de outros órgãos (por redistribuição ou remoção), que se encontravam em exercício neste Departamento. Vale ressaltar que o número de servidores enquadrados no Plano Especial de Cargos (aproximadamente 643 servidores) não é suficiente para atender à demanda das atividades da área-meio.

O DPRF solicitou ao Ministério da Justiça, através do Ofício nº 162/2008-DG/DPRF, gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, para que seja fixado em 3.411 (três mil quatrocentos e onze) o quantitativo de cargos no quadro funcional do Plano Especial de Cargos do DPRF, bem como autorizar a realização de concurso público para provimento de 2.665 (dois mil seiscentos e sessenta e cinco) vagas no respectivo cargo, incluindo a substituição da mão de obra terceirizada.

**LEGENDA**  
 Área:  
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional  
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis  
 3. Serviços de Copa e Cozinha  
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis  
 5. Serviços de Brigada de Incêndio  
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

7. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Administração e Serviços-Gerais (DISEG/CGA)

5.5.3. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd	Unidade Administrativa
006/2010	1	19	Coordenação-Geral de Administração
006/2010	1	38	Coordenação-Geral de Operações
006/2010	1	8	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
006/2010	1	5	Corregedoria-Geral
006/2010	1	4	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
006/2010	1	4	Coordenação de Ensino
009/2010	1	6	Coordenação-Geral de Administração
009/2010	1	1	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
009/2010	1	2	Direção-Geral
054/2010	7	28	Coordenação-Geral de Administração
010/2010	1	9	Coordenação-Geral de Administração
008/2010	1	2	Coordenação-Geral de Administração
011/2010	3	7	Direção-Geral
012//2010	2	4	Coordenação-Geral de Administração
007/2010	1	40	Coordenação-Geral de Operações
010/2007	8	32	Coordenação-Geral de Administração
013/2010	1	2	Coordenação-Geral de Administração
013/2010	1	2	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
013/2010	1	1	Coordenação de Ensino
013/2010	1	1	Corregedoria-Geral
013/2010	1	1	Assessoria de Comunicação Social
013/2010	1	1	Coordenação de Apoio Administrativo
013/2010	1	2	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
013/2010	1	1	Coordenação de Inteligência
013/2010	1	2	Direção-Geral
013/2010	1	2	Coordenação-Geral de Operações

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis
5. Serviços de Brigada de Incêndio
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
7. Higiene e Limpeza
8. Vigilância Ostensiva
9. Outras

5.5.4. Demonstrativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU N° 1.520/2006-Plenário)

Quantitativo de servidores terceirizados irregulares e servidores concursados no final do exercício					
Ano	Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional	Vinculação Ministerial	Concursados (A)	Terceirizados (B)	(B)/(A+B) (C)
2007	Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	MJ	259	177	0,594
2008	Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	MJ	262	181	0,591
2009	Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	MJ	256	181	0,586
2010	Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	MJ	252	74	0,773

5.5.5. Providências adotadas para substituição dos terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n° 1.520/2006-Plenário)

Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional	Vinculação Ministerial
DPRF	MJ
Providências adotadas para substituição por servidores concursados	
<p>As medidas adotadas por este DPRF, com vistas ao cumprir o Acórdão TCU n. 1.520/2006-P, que trata do prorrogação dos prazos concedidos pelo TCU para a substituição de terceirizados na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional por servidores concursados perpassa por alguns encaminhamentos, conforme segue: Através do Ministério foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta para que fossem realizadas gestões no sentido de atender o contido no presente Acórdão de forma gradual. Houve tratativas no âmbito do MJ e SPOA, no intuito de realizar levantamentos acerca da demanda de terceirizados do Órgão, o que de pronto foi atendido por este Órgão. Em um primeiro momento, foram realizadas as devidas substituições por servidores concursados no âmbito do MJ, ou seja, quanto ao cumprimento do cronograma para substituição das terceirizações a gestão ficou centralizada no Ministério da Justiça, de sorte que ao DPRF coube somente subsidiar com os dados pertinentes à matéria.</p> <p>Inobstante, este DPRF tem envidados esforços no sentido de prover a área meio, que já possui Plano Especial de Cargos do DPRF, instituído pela Lei nº 11.784/2008, entretanto, tal normativo não estabeleceu o quantitativo de vagas necessárias para suprir as necessidades deste órgão. Foram enquadrados no referido plano os servidores oriundos de outros órgãos (por redistribuição ou remoção), que se encontravam em exercício neste Departamento. Vale ressaltar que o número de servidores enquadrados no Plano Especial de Cargos (aproximadamente 643 servidores) não é suficiente para atender à demanda das atividades da área-meio.</p> <p>O DPRF solicitou ao Ministério da Justiça, através do Ofício nº 162/2008-DG/DPRF, gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, para que seja fixado em 3.411 (três mil quatrocentos e onze) o quantitativo de cargos no quadro funcional do Plano Especial de Cargos do DPRF, bem como autorizar a realização de concurso público para provimento de 2.665 (dois mil seiscentos e sessenta e cinco) vagas no respectivo cargo, incluindo a substituição da mão de obra terceirizada.</p>	

## 5.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

### 5.6.1. Absenteísmo

Foram registrados, no âmbito da Sede/DPRF, o total de 32 atestados médicos.

### 5.6.2. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Não há indicadores.

### 5.6.3. Rotatividade (turnover)

Ingresso	1
Saída	7
Aposentadoria	-----
<b>Total</b>	

### 5.6.4. Educação continuada

As atividades de capacitação realizadas no ano de 2010 encontram-se sob a orientação e supervisão da Coordenação de Ensino do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, através da Divisão de Formação, Desenvolvimento e Cultura (DIDEC) e seu Núcleo de Formação, Qualificação e Requalificação Profissional (NUPROF); da Divisão de Concursos, Seleção e Processos (DISEPRO); da Divisão de Planejamento, Ensino à Distância e Educação para o Trânsito (DITRAN) e do Núcleo de Execução Administrativa (NUAD).

#### Plano Anual de Ensino - PAE

O *Plano Anual de Ensino – PAE2010*, elaborado pela Coordenação de Ensino em parceria com representantes de todas as Coordenações do DPRF, teve como objetivo principal orientar as ações de capacitação com base nas demandas de todas as Coordenações-Gerais, Coordenações, Superintendências e Distritos Regionais e nas diretrizes da Direção-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Todas as ações de capacitação encaminhadas pelas diversas áreas foram analisadas pela Coordenação de Ensino e organizadas de forma a atender ao máximo as necessidades de cada área dentro do orçamento destinado para capacitação no atual exercício. Os eventos foram formatados de modo a atender solicitações de várias áreas diferentes com um objetivo comum.

A destinação de recursos para atender demandas específicas de cada Regional também fez parte do PAE/2010. Esses recursos foram liberados para as Regionais, mediante apresentação à de proposta de realização dos cursos, considerando não apenas a aprovação da COEN como também das áreas do DPRF com relação direta na aplicação dos ensinamentos propostos.

### Das ações de Ensino presencial

A Divisão de Formação, Desenvolvimento e Cultura, dentre outras atribuições é responsável pelo acompanhamento da execução das ações de capacitação realizadas pelo DPRF, na modalidade presencial, seja por iniciativa das Regionais ou por solicitação das diversas áreas de gestão administrativa do DPRF.

No ano de 2010 foram realizadas 722 ações de capacitações presenciais no âmbito do DPRF, em todas as Regionais, atingindo um público total de 12.689 policiais rodoviários federais,

O produto resultante das ações de capacitação é medido em unidades de capacitação, ou seja, a quantidade de servidores que participam de eventos de capacitação com a frequência mínima e/ou obtendo resultado de aptidão. Dessa forma, para um efetivo médio de 9.270 servidores, alcançamos o índice de 1,37 unidades de capacitação por servidor.

### Dados de capacitação consolidados mês a mês no ano de 2010

Considerando-se o somatório da carga horária dos eventos por efetivo atingido, alcançamos o total aproximado de 345.400 horas-aula, o que representa um índice de 37,26 horas-aula de capacitação por servidor.

Dentre as ações de capacitação ocorridas 78 (10,76%) do total tiveram uma abrangência nacional, ou seja, atingiram o efetivo de Regionais distintas, com objetivos específicos, executadas sob a orientação da Coordenação de Ensino e que alcançaram 2.142 servidores, ou 17,0% dos servidores do DPRF. As outras ações foram realizadas nas Regionais com objetivo de atender demandas locais e com participação do efetivo lotado em cada uma delas.

Observa-se, abaixo, que o número de capacitação mensal atingiu o pico no mês de outubro e que mais da metade das capacitações realizadas no ano ocorreram entre os meses de agosto e novembro de 2010.

### NÚMERO DE CAPACITAÇÕES ALCANÇADAS MÊS A MÊS – 2010

Responsáveis pelos eventos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Totais
Evolução 2010	487	413	677	598	920	1.306	992	1.699	1.603	1.836	1.739	419	12.689

Os dados apurados vêm sendo aperfeiçoados e enriquecidos ao longo dos últimos anos, superando, desde 2007, o índice mínimo de 01(uma) capacitação por servidor, para o efetivo médio considerado de 9.270 servidores.

### Programa de atualização do efetivo policial do DPRF

Em 2010, as ações voltadas à execução do Programa de Atualização do Efetivo Policial atingiram 4.783 servidores, no somatório dos quatro módulos lançados a partir de 2007, representando, assim, 37,61% de todas as capacitações realizadas no ano.

O *Módulo I - Técnicas de Abordagem e Técnicas de Defesa Policial*, iniciado no último trimestre de 2007 ainda foi executado em algumas Regionais e atingiu 282 servidores em 2010, acumulando a marca histórica de 6022 servidores capacitados, ou seja, 64,96 % do efetivo total do DPRF.

O *Módulo II – Armamento e Tiro, Uso Legal e Progressivo da Força*, iniciado no último trimestre de 2008, foi o módulo que alcançou o maior quantitativo de servidores no ano de 2010, no total de 2268 servidores capacitados, acumulando a marca histórica de 6204 servidores capacitados, ou seja, 66,92 % do efetivo total do DPRF.

O *Modulo III - Policiamento e Fiscalização com uso Talão Eletrônico*, implementado também a partir do 4º trimestre de 2008, foram 541 servidores capacitados em 2010, acumulando 4870 servidores capacitados – 52,53% do efetivo policial do DPRF.

O *Módulo IV– Levantamento de Local de Acidente de Trânsito*, incluído no projeto do Programa de Atualização Policial a partir de novembro de 2009, teve 1692 servidores capacitados no ano de 2010 e soma o equivalente a 5290 servidores capacitados desde sua implementação – ou 57,06 % do efetivo policial do DPRF.

O Programa de Atualização do Efetivo Policial - PAP tem se mostrado como importante ferramenta para estimular as ações de capacitação no âmbito das Regionais do DPRF, além de propiciar a padronização de procedimentos nas principais áreas de atuação dos servidores da atividade-fim.

Ademais, é instrumento democrático do ensino pois visa à capacitação de todo o efetivo policial, independente da lotação ou tempo de serviço do servidor.

#### Execução dos módulos em quantitativos anuais

A tabela abaixo nos mostra que foram realizadas 22.386 capacitações voltadas ao cumprimento do Programa de Atualização do Efetivo Policial, representando mais de 40% de todas as capacitações executadas entre os anos de 2007 e 2010.

<b>Módulos</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Módulo I</b>	3.499	2.241	0	282
<b>Módulo II</b>	0	1.931	2.070	2.203
<b>Módulo III</b>	0	3.847	482	541
<b>Módulo IV</b>	0	0	3.598	1.692
<b>Totais</b>	<b>3.499</b>	<b>8.019</b>	<b>6.150</b>	<b>4.718</b>

Habilitação para uso de técnicas e tecnologias de menor potencial ofensivo - Espargidor OC e Dispositivo de Condução de Energia – DCE

A partir de 2009, o DPRF inciou a realização de eventos com o objetivo de habilitar os policiais rodoviários federais de todo o país, tendo em vista a aquisição de equipamentos de menor potencial ofensivo, no caso, o Espargidor OC e o Dispositivo de Condução de Energia-Taser.

Dessa forma, ao final de 2010, alcançamos os resultados conforme abaixo:

No total, foram 4.475 capacitações no ano de 2010, representando 35,19% das capacitações realizadas no ano de 2010.



## Ações relacionadas à atividade finalística do DPRF

### Área de Relacionamentos Interpessoais e Direitos Humanos

No ano de 2010 foram 375 capacitações que envolveram essa área, destacando-se capacitação de 289 servidores no projeto “Segurança Pública – Trânsito com Cidadania”. Além disso mais 40 policiais foram capacitados como promotores/multiplicadores de polícia comunitária. Também merece destaque o curso “Ética Profissional e Atendimento ao Público” oferecido a 26 servidores de todas as Regionais. Ademais foram realizadas capacitações ainda com foco nos Direitos Humanos, no Combate à Exploração Sexual de Mulheres, ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e à Exploração Infanto-Juvenil.

### Área de Policiamento e Fiscalização de Trânsito

Dois dos módulos do Programa de Atualização Policial se enquadram nessa área, o Módulo III – Policiamento e Fiscalização de Trânsito com Talão Eletrônico e o Módulo IV – Levantamento de Local de Acidente de Trânsito. Em razão disso, nessa área de conhecimento foram 2.650 capacitações de servidores em diversos cursos realizados em todo o Brasil. No Rio de Janeiro, 56 servidores receberam treinamento para fiscalização de ônibus interestaduais. Na área de informação operacional, 120 servidores de todas as Regionais foram capacitados pelo Curso de Gestão da Informação Operacional, em duas turmas realizadas no segundo semestre do ano. No fim do ano, ocorreu o I Curso de Técnicas Policiais de Fiscalização do Transporte, capacitando 29 servidores.

### Área de ações para o emprego de técnicas voltadas para a ação do policial rodoviário federal, incluindo o combate ao crime

A área engloba todos os eventos relacionados às áreas de conhecimento relativas às Técnicas de Abordagem, às Técnicas de Defesa Policial, ao Uso do Armamento, à Condução Policial, ao Salvamento, bem como todos os cursos que tenham como mote o combate ao crime. Assim, além dos Módulos I e II do Programa de Atualização Policial, dos cursos voltados à habilitação do uso de técnicas e tecnologias de menor potencial ofensivo, dispositivo de condução de energia e espargidor, ela abarca também muitos cursos importantes realizados pelo DPRF. Dentre esses cursos destacamos a realização de três Cursos de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – TPCC, quais sejam o XVII, XVIII e XIX TPCC, ministrado desde 2007 em razão dos jogos pan-americanos. Em 2010, a carga horária do TPCC foi remodelada e passou a ter 205 ha atingindo mais de 160 policiais de quase todas as Regionais, lotados prioritariamente nos Núcleos de Operações Especiais e equipes táticas. Outros cursos de relevância na área operacional podem ser citados: III Curso de Operação de Controle de Distúrbios, IV Curso de Formação de Policiais Guias de Cães Farejadores de Drogas . Nesse contexto, também estão inseridas a realização de cursos em nível de especialização relacionados às operações aéreas como o Curso de Tiro Embarcado, Curso de Mecânico Bell 412, Curso de Segurança de Vôo , Treinamento para Operação do EC-120, ou operações como motocicletas como os Cursos de Formação de Motociclista-Batedor e Policial. No total, 8031 capacitações atingiram essa área, perfazendo 63% das realizadas no ano.

### Área de Legislação Aplicada ao Serviço Público

Cursos sobre Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial, Redação Oficial, Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial, Legislação de Pessoal, e outras legislação aplicada a gestão de pessoas e crimes de trânsito são alguns dos eventos dessa área. Apesar de somente 12 servidores terem sido contemplados em cursos específicos, as disciplinas estiveram presentes em outros eventos de caráter mais abrangente e difundidos através da interdisciplinaridade cada vez mais implementada pela Coordenação de Ensino.

### Área de Gestão

A realização do II Curso de Atualização Técnica para Gestores do DPRF, incluindo aí os Chefes de Delegacias Regionais, Chefes de Seções de Policiamento e Fiscalização e Substitutos dos Superintendentes, representando todas as 26 unidades Regionais num total de 205 servidores. Da mesma forma, a realização do I Curso de Atualização Técnica para Superintendentes e Chefes de Distrito Regionais, representou um marco na área, principalmente pela participação de 25 dos 26 servidores habilitados para participarem do evento que, além de propiciar o conhecimento, possibilitou maior integração e discussão, tão necessários para a harmonia e comprometimento organizacional.

Outra importante implementação trata-se da capacitação de 33 servidores do DPRF que foram contemplados com cursos de pós-graduação relacionados à área em que atuam, em contrato firmando junto a Fundação Getúlio Vargas. No mesmo caminho, seguiu a contratação da Casa Thomas Jefferson no sentido de oferecer a 70 servidores, ocupantes de funções estratégicas do DPRF, dois anos de curso para aprendizado da língua inglesa, tendo em vista a iminente realização de eventos internacionais no país.

### Área de Inteligência e Segurança Orgânica

Nessa área 36 servidores foram capacitados em oito cursos distintos, dentre os quais o *II Curso Básico de Procedimentos de Inteligência* que reuniu representantes de quase todos os NUINTs do DPRF.

### Ações relacionadas à atividade meio do DPRF

#### Área de Ações Correicionais

Em 2010 repetiu-se o ocorrido em 2009 e a ação com mais destaque dessa área foi a formação de servidores para atuar como membros de comissão de Processo Administrativo Disciplinar, num total de 69 dos 357 servidores capacitados na área, graças a importantes parcerias realizadas com a CGU, em várias Regionais. Contudo, a realização de três turmas do Curso de Capacitação ao Serviço Operacional Disciplinado para 217 servidores e de duas turmas do Curso de Investigação Correicional, 65 servidores, em abrangência nacional, contribuindo para o desenvolvimento das ações correicionais do DPRF, mostrando a importância de enraizar a cultura do ensino em todas as áreas de nossa instituição.

### Área de Administração

Cursos de Gestão de Contratos, Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência, Curso para Gestores Setoriais SCDP, Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e de Sistema de Registro de Preços, Curso de Gestão de Arquivo e Documentação e Formação de Pregoeiros estão entre as ações desenvolvidas nessa área com a participação de 242 servidores em 33 ações. Aqui, merecem destaque o Curso de Procedimentos Administrativos de Trânsito, 77 servidores, o Treinamento de Gestores e Administradores de Frota – TicketCar, 39 servidores, o Curso de Fiscalização e Gerenciamento de Contratos de Obras, 30 servidores.

### Área de Recursos Humanos

Na área de recursos humanos foram 12 ações de capacitação com participação de 95 , dos quais 48 participaram do Módulo SIAPE de Cadastramento e Aposentadoria e 26 do Fórum de Vigilância e Promoção à Saúde do Servidor, onde todas as Regionais foram representadas.

### Área de Formação e Atualização de Instrutores do DPRF

Em 2010, grande destaque merece a realização do primeiro Curso de Formação de Instrutores realizado após a publicação da Instrução Normativa nº 04/2010-DG, cuja seleção foi feita através de edital, seguindo rigorosamente os critérios predefinidos com a formação de 80 novos instrutores que serão inseridos no grupo de 531 instrutores existentes, conforme Portaria nº 03/10-COEN, que designa os servidores que compõem o Quadro de Instrutores do DPRF. Também foram formados mais 44 tutores para atuarem no ensino à distância. Ademais, destaca-se a implantação da Comissão Pedagógica composta por 25 instrutores, mais 10 suplentes, todos com elevado grau de experiência e participação no ensino. No ano, também foi iniciada a elaboração dos Manuais de Disciplinas do DPRF que irão nortear todo o Ensino e propiciar alto padrão de conteúdos e organização dos cursos oferecidos pelo DPRF, bem como, ao delineamento do ensino, nas diversas disciplinas oferecidas.

### Das ações em parceria com outras Instituições

A Coordenação de Ensino - COEN ofereceu a outras instituições 829 vagas para participação de seus servidores em cursos desenvolvidos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Dentre todos servidores do DPRF capacitados, alguns foram em razão das parcerias realizadas por vagas oferecidas pelas instituições.

Das instituições parceiras de cursos executadas no ano de 2010 destacamos as seguintes:

Associação Brasileira de Orçamento Público	Polícia Civil de Mato Grosso
Corpo de Bombeiros Militar – GO	PETROBRÁS
Controladoria-Geral da União	Polícia Federal
Defesa Civil de vários estados	Polícia Militar do Ceará
Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito	Polícia Militar do Distrito Federal
Departamento Nacional de Trânsito	Polícia Militar do Goiás
Escola Nacional de Administração Pública	Polícia Militar da Paraíba
Escola Nacional de Administração Fazendária	Polícia Militar de Pernambuco
Exército Brasileiro	Receita Federal
Guarda Civil do Ceará	Secretaria de Administração do Estado da Bahia
Guarda Municipal de Goiânia-GO	SAFERNET-ONG
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	SAMU/MS
IBRADEP	SENAI
IESP/SSP/AM	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania
INFRAERO-PB	Secretaria Nacional de Segurança Pública-MJ
JUZADO DA INFANCIA-CE	SEST/SENAT
Marinha do Brasileiro	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
Ministério da Justiça	Secretaria de Recursos Humanos / MPOG
Ministério Público do Trabalho	Secretaria de Segurança Pública – BA
Ministério Público da União	Secretaria de Segurança Pública – RN
Polícia Civil de Alagoas	Tribunal de Justiça – PE
Polícia Civil do Ceará	Tribunal Regional Eleitoral – PB
Polícia Civil do Distrito Federal	Tribunal Regional do Trabalho – MT

### Das ações de ensino à distância

As ações de ensino a distância no ano de 2010 foram realizadas em dois ambientes distintos: o Segurança e Educação ao Alcance de Todos – SEAT, ambiente de ensino a distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, e a Unidade de Ensino a Distância do DPRF – UnED.

### SEAT/SENASP

A participação de policiais rodoviários federais em cursos oferecidos pela SENASP acontece de acordo com Acordo de Cooperação Técnica para ações de Ensino a Distância, com vigência até 2010, e em processo de renovação. Através desse acordo, os servidores podem acessar o ambiente da SENASP para ter acesso aos cursos a distância oferecidos pela Secretaria.

No ano de 2010, servidores do DPRF tiveram acesso a 52 cursos, oferecidos em 03 ciclos (18º, 19º e 20º). Foram realizadas 1250 inscrições no 18º ciclo, 1697 no 19º ciclo e 2086 no 20º ciclo, totalizando 5083 inscrições no ano.

Desse total, 3992 foram aprovados, conforme tabela abaixo, o que corresponde a um índice de aprovação de mais de 79%, resultado extremamente positivo, tratando-se de cursos a distância.

Observação: Os dados dos servidores do 1º DRPRF/DF e dos servidores lotados no Edifício-Sede do DPRF foram consolidados em um único valor.

Considerando-se os valores absolutos, os servidores lotados na 9ª SRPRF/RS alcançaram o maior percentual do total de capacitações realizadas no ano, chegando ao valor de 374 capacitações no EAD, ou 9,4% do montante de capacitações registradas para os servidores do DPRF no ambiente SENASP/MJ.

Analisando-se os quantitativos de capacitação em relação ao efetivo da Regional observa-se que as Regionais que alcançaram os maiores percentuais foram o 3º DRPRF/AM (67,9%), a 14ª SRPRF/PB (64,4%) e a 8ª SRPRF/SC (63,1%).

Dos 52 cursos oferecidos no Ambiente DPRF-SENASP, destacou-se sobremaneira a quantidade de servidores do DPRF capacitados no *Curso Formação de Formadores*, representando o total de 667 servidores – ou 17,0 % de todas as capacitações EAD no ano. Além disso, considerando-se o efetivo total do DPRF igual a 9270 servidores, destaca-se que, somente em 2010, 7,2% do efetivo total concluiu o Curso Formador de Formadores no Ambiente Virtual.

Além desse curso, outros que mereceram destaque foram Espanhol Básico, Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial, Fiscalização de Excesso de Peso, Capacitação em Educação para o Trânsito, Português Instrumental, Identificação Veicular, Redação Técnica, Fiscalização Internacional de Transporte de Passageiros, Uso Progressivo da Força, Crimes Ambientais, Elaboração de Material para EAD, Gerenciamento de Crises e Gestão de Projetos, todos alcançando consideráveis quantitativos absolutos e superando 2,0% do total de capacitações realizadas.

Dessa forma, os 14 cursos supracitados, do total de 52 cursos, representaram 70% das capacitações realizadas no ano de 2010.

Considerando-se as áreas de conhecimento abrangidas pelos 52 cursos disponibilizados ao longo do ano de 2010, observa-se que 19% das capacitações realizadas estão relacionadas com a área de policiamento e fiscalização de trânsito, incluindo os cursos de emergências pré-hospitalares, intervenção em emergências com produtos perigosos, fiscalização de excesso de peso, fiscalização do serviço de transporte, uso progressivo da força, técnicas e tecnologias não letais.

Da mesma forma, a área de combate ao crime e gerenciamento de crises abrangeu 19% das capacitações em EAD. Dentre os vários cursos oferecidos na área, os que alcançaram maior quantitativo foram Identificação Veicular (188) , Crimes Ambientais (114) e Gerenciamento de Crises (91).

Também com bastante destaque, os cursos de legislação aplicada ao serviço público alcançaram cerca de 17% do total de capacitações em EAD, onde o curso Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial foi o que alcançou os maiores índices, perfazendo um total de 241 capacitações ou 6,0% do total das capacitações realizadas no ano.

Apesar de não estar diretamente ligado à atividade policial, mas certamente auxiliar na comunicação e melhoria do atendimento policial, o curso de Espanhol Básico foi o segundo em números de capacitações realizadas no ano, no total de 284 capacitações ou 7,1% do montante de capacitações da parceria DPRF-SENASP em 2010.

## DEMONSTRATIVO DOS CURSOS DE MAIOR ABRANGÊNCIA NO ANO DE 2010

- 1- Formação de formadores – 667 capacitações – 16,7 % do total
- 2 – Espanhol Básico – 684 capacitações – 7,1 % do total.
- 3 – Aspectos técnicos da abordagem policial – 241 capacitações – 6,0%
- 4 – Fiscalização de excesso de peso – 192 capacitações – 4,8 % do total

- 5 – Capacitação em educação para o trânsito – 190 capacitações – 4,8%
- 6 – Português instrumental – 189 capacitações – 4,7 % do total
- 7 – Identificação veicular – 188 capacitações – 4,7 % do total.
- 8 – Redação técnica – 183 capacitações – 4,3 % do total

#### UnED/DPRF

A UnED, Unidade de Ensino a Distância do DPRF, funciona na plataforma Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment). O Moodle é um software para gestão da aprendizagem e de trabalho colaborativo, permitindo a criação de cursos online, páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem. Está em desenvolvimento constante, tendo como filosofia uma abordagem social construtivista da educação. Trata-se de um software livre, de apoio a aprendizagem, executado num ambiente virtual, um tipo de sistema de gestão de aprendizagem.

No ano de 2010, o potencial deste sistema foi otimizado com a aquisição de 01 servidor novo com capacidade de atender a demanda por cursos a distância, bem como os acessos ao ambiente de forma. O hardware antigo não seria capaz de suportar essas demandas. Assim, a UnED passou a ser usada com maior frequência para diversos fins.

A UnED oferece várias opções de acesso: Bibliotecas, Apoio a Cursos Presenciais, Cursos propriamente ditos, dentre outros.

De forma geral, a UnED recebeu 99641 acessos no ano de 2010, se contarmos todos os logins de servidores na Unidade, divididos entre as bibliotecas, cursos, apoio a cursos presenciais.

#### Curso de atualização para gestores

Evento que teve como público alvo os Chefes de delegacia, Seção de Policiamento e Fiscalização das Superintendências Regionais, dos Núcleos de Policiamento e Fiscalização dos Distritos Regionais e dos substitutos dos superintendentes e chefes de distrito. Foram disponibilizados os materiais utilizados pelas disciplinas presenciais e também conteúdos suplementares que puderam ser acessados a qualquer momento pelo alunos inscritos no curso presencial. Participaram do evento 201 servidores que se encaixaram no perfil do curso.

#### Curso de formação de gestores para desenvolvimento profissional

Este curso teve como objetivo preparar e atualizar Orientadores de Cursos e Formadores de novos Instrutores para o DPRF nas várias áreas de atuação da Coordenação de Ensino, nos cursos de formação, atualização e especialização, conforme Catálogo de Cursos e outros recepcionados pelo DPRF. Houve muitas discussões nos fóruns e a disponibilização materiais de apoio que colaborou na execução do curso. No total, 37 servidores participaram do curso que ocorreu na cidade de Cachoeira-Paulista. Caso algum deles necessite de algum material oferecido no curso, poderá acessar a página na UnED que terá acesso.

## Das ações de educação para o trânsito

As ações de educação para o trânsito do DPRF estão previstas na Ação 8692, verba específica para ser usada com usuários das rodovias federais. Em âmbito nacional, as ações são coordenadas pela própria DITRAN. Já em âmbito regional, a responsabilidade pelas ações de educação para o trânsito é da Comissões Regional de Educação para o Trânsito – CRET, nomeadas pelos superintendentes e chefes de distrito. Toda e qualquer ação de educação para o trânsito que ocorre promovida pelas CRET's deve passar pelo crivo da DITRAN e posteriormente os resultados devem ser encaminhados para controle e relatório. No ano de 2010, a DITRAN passou a adotar o procedimento de liberar verba apenas para ações de educação para o trânsito que apresentassem projeto básico detalhando metas e custos, dentre outros.

A DITRAN utiliza o sistema EDUCATRAN, ambiente criado para controle das ações de educação para o trânsito em todo o Brasil. Porém, no ano de 2010, a versão que estava sendo utilizada apresentou problemas de operação e teve de ser substituída. Para tal, a DITRAN contou com a colaboração do servidor Jefferson Andrade de Carvalho, lotado no 1º DRPRF/DF, que foi convocado para realizar tal trabalho.

Durante o ano de 2010 as ações de educação para o trânsito sofreram uma redução considerável, tendo em vista a restrição de publicidade institucional imposta pelo período eleitoral. Vários foram os questionamentos encaminhados as áreas responsáveis sobre a real necessidade de suspensão das atividades imposta por documento encaminhado as regionais. Infelizmente não se obteve uma resposta finalística a questão ficando o processo de conscientização, educação e redução de futuros acidentes prejudicada. Mesmo assim vários projetos foram executados fora do período compreendido entre os meses de junho e novembro

Dois projetos merecem destaque pela qualidade e pela capacidade de atingir público: O FETRAN e o Cinema Rodoviário. O primeiro é o Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito, realizado anualmente desde 2004 na 2ª SRPRF/MT e que está se difundindo para outras Unidades Regionais. Em 2010 houve FETRAN no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Amazonas, No Espírito Santo e no Rio de Janeiro (3ª Edição). A DITRAN está trabalhando para que este projeto aconteça em todas as Regionais e se torne um projeto nacional de educação para o trânsito do DPRF. Já o Cinema Rodoviário é um projeto iniciado na 4ª SRPRF/MG e que, em 2010, foi vencedor do XVII Prêmio Volvo, na categoria empresa. Trata-se de um projeto de baixo custo com resultados expressivos. Ainda funciona de forma precária em instalações improvisadas, mas há iniciativas para a compra de um caminhão projetado para abrigar o Cinema Rodoviária, que circularia por todo o país levando a educação para o trânsito.

## Das disposições finais

A Coordenação de Ensino desenvolveu em 2010, um elevado número de ações que representaram em um acréscimo de 12,7% no número de capacitações em relação ao ano de 2009.

Além do acréscimo no número de ações e unidades de capacitações executadas, observamos uma distribuição mais homogênea das ações no que tange ao número de servidores atingidos em todas as Regionais, desde os que atuam na área finalística até os superintendentes e chefes de distritos regionais.

As ações de iniciativa da Coordenação de Ensino em atenção às demandas das outras Coordenações tiveram importante papel na melhoria da democratização do ensino uma vez que, em geral, sempre exigem a participação de representantes de todas as Regionais e estes, de alguma forma, dissiparão todo o conhecimento em âmbito nacional.

### 5.6.5. Satisfação e motivação

Não há indicadores.

### 5.6.6. Disciplina

#### QUADRO COMPARATIVO

	2008	2009	2010
Processos Pendentes	3064	2430	1840
Processos novos (autuações)	1987	1278	1200
Instaurados	1044	802	834
Encerrados (instaurados ou não)	2291	1712	1850
Absoluções	387		512
Advertências	53	48	52
Suspensões	59	89	93
Demissões/ Cassações de Aposentadoria	10	42	30
Servidores Afastados	-	-	35
Notas de culpa	7	1	1
Encontros de Corregedoria	1	1	1
Operações de Corregedoria	12	10	24
Prisões de servidores	56	25	34
Prisões por corrupção ativa	33 (até junho)	Não contabilizado	Não contabilizado
Curso de PAD	44 servidores	88 servidores	108 servidores
Curso de Investigação Correicional	43 servidores	Não realizado (falta de verba)	70 servidores
Orçamento	R\$ 1.500.000,00	R\$1.800.000,00	R\$ 2.100.000,00

FONTE: Corregedoria-Geral do DPRF

### 5.6.7. Desempenho funcional

Não há indicadores.



### 5.6.8. Níveis salariais

Policia Rodoviário Federal			
Nível Superior - 1/Jul/10			
Classe	Padrão	Subsídio (R\$)	Subsídio Aposentado (R\$)
Inspetor	III	10.544,14	10.544,14
	II	10.237,03	10.237,03
	I	9.938,87	9.938,87
Agente Especial	VI	9.376,29	9.376,29
	V	9.103,19	9.103,19
	IV	8.838,05	8.838,05
	III	8.580,63	8.580,63
	II	8.330,71	8.330,71
	I	8.088,07	8.088,07
Agente Operacional	VI	7.443,29	7.443,29
	V	7.369,60	7.369,60
	IV	7.296,63	7.296,63
	III	7.224,39	7.224,39
	II	7.152,86	7.152,86
	I	7.082,04	7.082,04
Agente	I	5.804,95	5.804,95

Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia rodoviária Federal)													
Nível Auxiliar - Junho de 2009													
Classe	Padrão	Vencimento Básico	GEAA PRF	CDATPRF		ATIVO (R\$)		Total (R\$)	DGAT PRF	Aposentado Total (em R\$)	GDATP RF R\$ (ponto)	Pontos Ativos Art.158	Valor Aposentados (R\$)
				80 pts	100 pts	80 pts	100 pts						
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)		G	H=(A+B+G)			
	III	1660,84	140,00	318,40	398,00	2.119,24	2.189,84	199,00	199,00	1.999,84	3,9800	80	199,00
Especial	II	1657,64	139,00	315,56	394,45	2.112,20	2.191,09	197,23	197,23	1.993,87	3,9445	80	197,23
	I	1654,45	138,00	312,74	390,93	2.105,19	2.183,38	195,47	195,47	1.987,92	3,9093	80	195,47

### 5.6.9. Demandas trabalhistas

Não há indicadores.

### **5.7. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e declarações de bens e rendas**

O trato com a informação de entrega das declarações de bens dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal encontra-se a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, que criou um formulário intitulado: "Autorização de acesso à declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física.", encaminhado aos servidores.

Atualmente todos os servidores desta Sede preencheram o formulário em questão autorizando a unidade de pessoal do DPRF a ter acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e às respectivas retificações entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Toda a documentação através da impressão da declaração, incluindo o recibo de envio, juntamente com os arquivos digitais da declaração e do recibo são gravados por meio digital e arquivados, conforme Estatuto dos Servidores Públicos aplicado à PRF.

Cabe alertar que o citado normativo contém as informações básicas para que seja realizada a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte, com vistas a auxiliar os servidores na prestação da citada obrigação tributária.

O controle acerca da presente documentação tem sido realizado pela Divisão de Pagamento - DIPAG/CGRH, que faz a atualização periódica.

## 6. Transferências

### 6.1. Transferências efetuadas no exercício

Inexiste tal situação no âmbito do DPRF

## 7. Funcionamento do sistema de controle interno

### 7.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para				X	

apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Considerações gerais: Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada. Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada. Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem se empenhado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 8. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
A licitação realizada no ano de 2010 de papel A4 adotou que 50% do material adquirido fosse reciclado. A contratação para o serviço de limpeza tem incluída cláusula que obriga a contratada a realizar a coleta seletiva					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
A Administração não somente no último ano, mais ao longo dos anos tem primado pela utilização de lâmpadas econômicas, não havendo como precisar o impacto no ano de 2010 em virtude de sua utilização.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
Produto adquirido – Papel A4					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
Foram adquiridas máquinas para recarga de munições para treinamento a todas as Regionais. A Sede adquiriu água em galão retornável					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
Ainda que por motivos de falhas na rede elétrica, foi expedida documentação que regulamentava o uso dos aparelhos de ar condicionados no âmbito da Sede do DPRF, o que impactou na diminuição do consumo de energia elétrica.					

<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p>	<b>X</b>				
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 9. Gestão do patrimônio imobiliário

### 9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

#### 9.1.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Distrito Federal	3	3
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

#### 9.1.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros

Inexiste tal situação

#### 9.1.3. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

R\$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200109	9701 16762.500-6 (Garagem)	Entrega - Administração Federal Direta	Bom	5.440.525,63	29/12/2004	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200109	9701 21123.500-0 (Terreno Nova SEDE)	Não consta no SPIUNET	Não consta no SPIUNET	31.052.941,96	30/12/2005	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200109	9701 01428.500-4 (Sede 506 NORTE) No SPIUNET está na carga do IBAMA (193099)	Não consta no SPIUNET	Bom	5.668.515,15	26/12/00	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>							<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Divisão de Patrimônio e Material (DIPAM/CGA)

## 10. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	<b>40</b>				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	80,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<b>Considerações Gerais:</b>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					



## **11. Renúncias Tributárias**

Inexiste tal situação no âmbito da Sede do DPRF

## 12. Deliberações dos Órgãos de Controle

### 12.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	015.867/2008-5	874/2010	9,3 e 9,5	RE	Ofício 440/2010-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que encaminhe ao TCU, tão logo seja retomada a obra do edifício-sede do órgão, o cronograma físico-financeiro do Contrato nº 23/2007, a ser elaborado nos termos da cláusula 3.2 do Terceiro Termo Aditivo, celebrado com a empresa Novacap;</p> <p>9.4. recomendar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que estructure a Divisão de Projetos de Infra-Estrutura, preferencialmente com servidores com formação em arquitetura e/ou engenharia civil, de forma a atender a demanda gerada e evitar a repetição do ocorrido no âmbito do Contrato nº 23/2007, informando nas próximas contas as medidas adotadas;</p> <p>9.5. alertar o Departamento de Polícia Rodoviária Federal quanto à necessidade de inserção, nos contratos de supervisão, fiscalização e gerenciamento, de cláusulas que prevejam a diminuição ou supressão da remuneração da contratada, nos casos, ainda que imprevistos, de enfraquecimento do ritmo das obras ou de paralisação total, respectivamente, ante o que dispõe o art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme tratado nos itens 42 a 50 da instrução de fls. 167/179 destes autos;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração					3952
Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização					46097
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>9.3. Encaminhamento do cronograma de desembolso elaborado em consonância com o Acórdão. Foi apresentado relatório circunstanciado sobre o estágio atual da obra do edifício-sede do DPRF e encaminhado ao TCU mediante Ofício nº 01/2011-DG, de 04.01.2011.</p> <p>9.4. Atualmente a Divisão de Projetos de Infra-Estrutura (DIPROJ/CGPLAM) conta com o envolvimento de 3 (três) servidores, formados em: arquitetura, engenharia civil e engenharia ambiental. Há em trâmite procedimento para que se sejam realizadas remoções de mais 2 (dois) servidores, processos estes em análise da Direção-Geral.</p> <p>9.5. Melhoria na gestão dos contratos e padronização dos procedimentos, com vistas ao pleno cumprimento.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Melhoria dos procedimentos administrativos e maior eficiência e eficácia nos processos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O envolvimento da área de Licitações, Contratos e Convênios viabilizou a implementação de novos procedimentos licitatórios.					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	011.085/2008-1	2248/2010	9,3	DE	Ofício 1273/2010/TCU/SECEX-PE Ofício 1370/2010-TCU/SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.3. Determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que, no prazo de sessenta dias, a contar da ciência desta deliberação:					
9.3.1. promova a reconstituição dos autos do Processo 08.654.002.042/2000, dando prosseguimento às apurações que lhe são inerentes ou, caso se mostre impossível tal constituição, promova, da forma que entender mais conveniente, a apuração dos fatos contemplados na Portaria 11ª SRPRF/PR nº 182/2000;					
9.3.2. inicie a apuração dos fatos descritos abaixo, bem como a identificação dos respectivos responsáveis:					
9.3.2.1. desaparecimento dos autos do Processo Administrativo 08.654.042/2000;					
9.3.2.2. desaparecimento de diversos processos administrativos nas dependências da Superintendência Regional do DPRF em Pernambuco, de acordo com o narrado no Processo Administrativo 08.654.002.833/2003, dando especial atenção à possível participação de agentes da Superintendência no extravio dos documentos;					
9.3.2.3. impropriedades relatadas pela CGU, por meio do Ofício 03009/CGU-PR, com especial atenção às possíveis irregularidades no processamento das multas aplicadas no âmbito da 11ª SRPRF/PE e nos recursos interpostos contra essas multas, durante os exercícios de 2004 e 2006, bem como nos motivos para a falta de controle eficiente do registro das autuações de trânsito no âmbito dessa Superintendência;					
9.3.2.4. inércia da 11ª SRPRF/PE, que não procedeu a reconstituição dos autos do Processo 08.654.002.042/2000 nem instaurou novo procedimento de investigação, bem como não apurou as responsabilidades pelo desaparecimento dos autos do Processo 08.654.002.042/2000;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
11ª SRPRF/PE					2836
Corregedoria-Geral					3902
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
A 11ª SRPRF/PE informou que foram tomadas as providências necessárias à instauração de procedimento apuratório das supostas irregularidades apontadas no aludido Acórdão. Houve o encaminhamento dos cadernos processuais referentes às supostas irregularidades, encaminhadas ao TCU por meio do Ofício 249/2010-DG.					
Ainda, a Corregedoria-Geral instaurou procedimentos investigativos, com o fito de afastar quaisquer suspeitas de imparcialidade na apuração das supostas irregularidades, consubstanciado no Memorando nº 227/2010-CG, igualmente encaminhado ao TCU.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Instauração dos procedimentos apuratórios tanto no âmbito da 11ª SRPRF/PE, quanto da Corregedoria-Geral.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Dificuldade inerente à reconstituição dos autos extraviados, ainda que não tenha havido nenhuma ressalva quanto a condução nos trabalhos realizados na Regional.					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	018.311/2008-6	1572/2010	1,5,1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
1.5. Determinação:					
1.5.1. ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que, quando da realização de licitação para registro de preços, promova previamente ampla pesquisa de mercado, nos termos do art. 3º do Decreto n. 3.931/2001, bem como se abstenha de indicar a marca do produto a ser adquirido, conforme disposto no art. 15, § 7º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração					3952
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Ampliação das pesquisas de mercado, no intuito de melhorar a gestão administrativa.					
Síntese dos resultados obtidos					
Melhoria na gestão dos contratos e padronização dos procedimentos, com vistas ao pleno cumprimento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O envolvimento da área de Licitações, Contratos e Convênios viabilizou a implementação de novos procedimentos licitatórios.					
<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	006.205/2009-9	355/2010 – 2ª Câmara	1,4	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
1.4. Determinações:					
1.4.1. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie o encaminhamento, por intermédio do sistema Sisac, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, de novo ato de aposentadoria de Silvio Jorge Mafaldo (133.963.586-00), para apreciação por este Tribunal, observando o correto preenchimento do formulário de concessão no sistema Sisac, em especial, os campos "Dados da Concessão" e "Discriminação dos Tempos de Serviço e Averbções", fazendo constar todas as informações necessárias ao correto exame do ato, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN/TCU nº 55/2007.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi efetivado o lançamento de novos atos no SISAC, livres das inconsistências detectadas nos referidos acórdãos, conforme determinação do TCU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Regularidade Cadastral					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					
<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	009.488/2008-8	2960/2010 – 1ª Câmara	9,5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.5. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que adote medidas para:					
9.5.1. no prazo de quinze dias, fazer cessar o pagamento decorrente do ato mencionado no item 9.3 supra, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;					
9.5.2. dar ciência ao Sr. Francisco Yran Farias de Souza do inteiro teor desta deliberação, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de não provimento, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi cientificado ao servidor sobre o inteiro teor desse Acórdão e providenciada a exclusão do seu contracheque da vantagem que estava sendo paga indevidamente, bem como cadastrado novo ato no SISAC livre da irregularidade apontada,					
Síntese dos resultados obtidos					
Regularidade cadastral					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	024.221/2008-2	1715/2010-2ª Câmara	9,3	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:					
9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato constante do subitem 9.1 acima, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;					
9.3.2. comunique ao interessado indicado no subitem 9.1 acerca do teor deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
O referido servidor foi notificado sobre o inteiro teor do referido acórdão, optando pela permanência na inatividade, com proventos proporcionais a 26/30 avos, nos termos do art. 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 51/85, haja vista que já contava com 65 anos de idade. Diante disso, procedemos à alteração do fundamento legal da aposentadoria do referido servidor, conforme Portaria nº 919, de 17/06/2010, publicada no DOU nº 115, de 18/06/2010, sendo comunicado ao TCU através do Ofício nº 448/2010-CGRH, de 18/06/2010, recebido no Serviço de Protocolo do TCU em 21/06/2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Alteração do fundamento legal da aposentadoria					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	008.695/2007-0	3520/2010 - TCU - 1ª Câmara	9,4	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.4. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:					
9.4.1. com fundamento no art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato a que se refere o subitem 9.2. acima, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
9.4.2. comunique à interessada de que trata o subitem 9.2 supra o teor deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto a este Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi oficiada a interessada quanto ao inteiro teor do referido acórdão, tendo a mesma impetrado pedido de reexame junto ao TCU, o qual foi conhecido pelo Ministro Valmir Campelo com efeito suspensivo em relação aos subitens 9.2 e 9.4.1 do citado acórdão, conforme Ofício nº 264/2010-TCU/SERUR, de 21/07/2010.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Comunicação à interessada que impetrou pedido de reexame					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	012.973/2009-2	1493/2010 - 2ª Câmara	9,4	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.4. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:					
9.4.1. cesse, em 15 (quinze) dias, pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
9.4.2. oriente o interessado cujo ato foi considerado ilegal acerca da possibilidade de recolhimento ao INSS, de forma indenizada, das contribuições previdenciárias relativas ao tempo de atividade de rural ou de retorno à atividade para completar o tempo de serviço necessário à aposentadoria, a ser regida pelas normas vigentes a partir da Emenda Constitucional 20/1998					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi tornada sem efeito o ato de aposentadoria do referido servidor, conforme Portaria nº 1.133, de 22/07/2010, publicada no DOU de 23/07/2010, sendo-lhe, em seguida, concedida aposentadoria compulsória, com base no art. 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 51/85, haja vista que o servidor já contava com 65 anos de idade. Faz-se mister esclarecer, ainda, que, através do Ofício nº 560/2010-CGRH, de 27/07/2010, foi informado ao Secretário de Fiscalização de Pessoal da SEFIP/TCU as providências adotadas por esta Coordenação-Geral para regularizar a situação funcional servidor em referência.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Regularização da concessão de aposentadoria					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	013.556/2010-0	6771/2010 -2ª Câmara	9,4	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>9.4. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:</p> <p>9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, com fundamento no art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.4.2 dispense a reposição dos valores indevidamente recebidos até a data do conhecimento, pelo órgão de origem, do acórdão que vier a ser proferido, de conformidade com o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;</p> <p>9.4.2. comunique José Dias de Oliveira sobre a necessidade de retornar ao serviço para complementação do tempo mínimo exigido na lei na qual se fundamentou a concessão da aposentadoria;</p> <p>9.4.3 encaminhe, no prazo de 60 (sessenta) dias, por intermédio do sistema Sisac, nos termos da Instrução Normativa TCU 55/2007, novo ato de aposentadoria de José Nicolau Filho, com correção das divergências de preenchimentos constatadas no formulário de concessão;</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
<p>Em relação ao Sr. José Carlos de Amorim, encaminhamos ao TCU o comprovante da ciência do servidor e esclarecemos que foram regularizados os proventos do interessado, passando a receber proventos calculados com base no art. 1º da Lei nº 10.887/2004, bem como cadastramos novo ato, via sistema SISAC, para apreciação daquele Tribunal.</p> <p>Quanto ao Sr. José Dias de Oliveira, encaminhamos ao TCU o comprovante de sua ciência, bem como informamos que foi encaminhado, via sistema SISAC, novo ato para apreciação daquele Tribunal, tendo em vista que foram identificadas, no ato anterior, incorreções com relação ao tempo de serviço averbado, uma vez que indevidamente se lançou no campo de tempo “MILITAR (ART. 100, LEI 8.112/90)” um período de tempo de serviço prestado à Polícia Militar do Estado de Sergipe. Esclarecemos, ainda, que o servidor em questão ingressou com pedido de reexame junto a esse Tribunal.</p> <p>Relativamente ao Sr. José Humberto Marques, encaminhamos ao TCU documentação comprobatória de que a incapacidade do servidor, bem como a emissão do laudo pericial que ensejou sua aposentação é anterior à data de publicação da Medida Provisória nº 167/2004, assim, os seus proventos devem ser calculados com base na legislação vigente à data em que o laudo foi emitido, conforme estabelece o art. 56, § 2º, da Orientação Normativa nº 02/2009-MPS/SPS. Diante disso, solicitação àquele Tribunal a revisão de sua decisão em relação a esse servidor.</p> <p>Finalmente, quanto ao Sr. José Nicolau Filho, esclarecemos que foi encaminhado novo ato, via sistema SISAC, livre das irregularidades apontadas no retromencionado Acórdão.</p>					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Regularização cadastral e pedido de reexame e revisão					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	014.290/2006-0	2550/2010 - 1ª Câmara	9,3	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar ao órgão de origem que:					
9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique a interessada o inteiro teor deste Acórdão e, após, faça cessar todos os pagamentos do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
9.3.2. notifique a interessada da deliberação deste Tribunal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi providenciado o cancelamento do benefício pensional concedido correspondente, através da Portaria nº 905, de 16/06/2010, publicada no DOU de 17/06/2010. Entretanto, a interessada impetrou Ação Judicial autuada sob o número 0012558-08.210.4.05.8300, em trâmite na 3ª Vara Federal de Pernambuco, cuja antecipação de tutela foi deferida, sendo esta Coordenação-Geral intimada através do Ofício nº 7769/GTS/PRU/AGU a cumprir, de imediato, a determinação judicial, razão pela qual foi cancelada a citada Portaria nº 905, de 16/06/2010, conforme Portaria nº 216, de 14/02/2011, publicada no DOU de 15/02/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Foi cumprida a determinação, muito embora a interessada tenha entrado com Ação Judicial, com vistas ao cancelamento da presente Decisão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	020.214/2006-3	1515/2010 - 2ª Câmara	9,3	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.3. determinar ao órgão de origem que, no prazo de sessenta dias, a partir da ciência desta deliberação, providencie a emissão e disponibilização no sistema Sisac de novos atos das aposentadorias dos Srs. Fernando Roberto Mesquita da Luz e João Carlos Hirdes, com as informações devidamente corrigidas, para que sejam oportunamente apreciados pelo Tribunal;					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
Foi cancelada a aposentadoria do servidor em questão, pela Portaria nº 1.391, de 02/09/2010, publicada no DOU de 03/09/2010, sendo informado ao TCU através do Ofício nº 827/2010-CGRH, recebido naquele Tribunal em 21/10/2010. Quando aos demais servidores, informamos que foram cadastrados novos atos no Sistema SISAC, livres das irregularidades apontadas	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Regularização cadastral	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Não há	

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	011.877/2008-3	8060/2010 - 1ª Câmara		DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.4. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que:					
9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados (subitem 9.1 acima), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
9.4.2. comunique aos interessados de que trata o subitem 9.1 supra a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi providenciada a notificação dos servidores interessados. Após serem informados da decisão do TCU, os servidores Carlos Antonio Felipe Marques, Laerte Jesus Soares Becker e Oscar Silveira Duarte recorreram da decisão junto ao TCU. Em relação ao servidor Élcio de Oliveira foi emitido um novo ato, no SISAC, sem o acréscimo do tempo especial relativos ao serviço prestado em condições insalubres antes do advento da Lei nº 8112/1990. Todas as providências adotadas em relação ao assunto foram devidamente comunicadas ao TCU através dos Ofícios nº 069/2011 – CGRH, de 28/01/2011 e 102/2011-CGRH, de 10/02/2011.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Regularização cadastral					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não há					

## 12.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	003.591/2009-0	430/2010-TCU-2ª Câmara			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.4. determinar ao DPRF que:					
9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, e comunique aos Sres Acélio Matheus Pinheiro Souza, Élcio Alcântara de Souza, Hélio Alcântara de Souza, Marcelo Alcântara de Souza e Maria Valdecir Alcântara de Souza a respeito deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação deste decisum, caso os recursos não sejam providos;					
9.4.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este tribunal documentos comprobatórios de que os beneficiários mencionados no subitem anterior tomaram ciência do presente acórdão;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Foi comunicado à pensionista, através do Ofício nº 194/2010, a presente determinação. Em seguida, a CGRH fez a análise da situação do ex-servidor e detectou que, realmente, ele recebeu as referidas vantagens até 27/02/2000, tendo as mesmas sido usadas no cálculo do benefício pensional. A partir de 01/08/2006, a carreira de policial rodoviário federal foi reestruturada, passando a perceber na forma de subsídio, nos termos da Lei nº 11.358/2006. Visando evitar redução de remuneração dos servidores, criou-se a rubrica parcela complementar de subsídio, conforme explicado no Ofício nº 261/2010-CGRH, de 07/04/2010. Assim, atualmente, diversas remunerações, proventos e pensões vinculadas a este Departamento são compostos de duas parcelas, denominadas subsídio e parcela complementar de subsídio, sendo que, esta última corresponde à diferença entre a remuneração que o servidor recebia antes da transformação em subsídio e o valor do subsídio estabelecido na Lei nº 11.358/2006. Portanto, entendemos que o cálculo da pensão legada pelo instituidor ACELINO XAVIER DE SOUZA NETO não fere o art. 6º da Lei nº 11.358. Diante disso, esta Coordenação-Geral solicitou ao TCU a revisão da decisão que julgou o benefício pela ilegalidade. Ressalta-se que o Ofício nº 261/2010-CGRH, de 07/04/2010 foi recebido no TCU como pedido de reexame, que até o momento, não foi julgado.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não há					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Entendimento da CGRH diverso da decisão do TCU o que suscitou pedido de reexame da presente determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	020.320/2007-4	2835/2010 - Plenário	9,6	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.6. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias:					
9.6.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos interessados cujos atos foram considerados ilegais;					
9.6.2. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
9.6.3. dê conhecimento aos interessados cujos atos foram considerados ilegais de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Um dos servidores recorreu da decisão junto ao TCU, através da impetração de embargo de declaração. Já o outro servidor apresentou medida liminar, visando a suspensão dos efeitos do referido acórdão, conforme informado por meio do Ofício nº 0053/2011-SA-SEFIP/TCU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não há					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Impossibilidade de cumprimento em virtude da suspensão dos efeitos da presente decisão mediante embargo e apresentação de medida liminar					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	011.878/2008-0	8061/2010 - 1ª Câmara	9,4	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação:					
9.4. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste Acórdão, adote medidas para:					
9.4.1. fazer cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
9.4.2. dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não-provimento do recurso;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG

Coordenação-Geral de Recursos Humanos	23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
Foram canceladas as aposentadorias de todos os servidores, exceto do servidor IRIS ROQUE CARNEIRO VAZ, o qual impetrou medida cautelar contra a decisão do TCU, conforme processo nº 5002703.64.2010.4047000, impetrado na 4ª Vara Federal de Curitiba/PR, obtendo antecipação da tutela, sendo determinado à União que se abstenha de dar cumprimento a quaisquer determinações do TCU que tenha por objetivo suspender o pagamento dos proventos das aposentadorias que foram concedidas aos servidores da Polícia Rodoviária Federal no Paraná com o cômputo do tempo fictício reconhecido através do Mandado de Segurança Coletivo nº 97.00.17052-7, inclusive no que tange ao retorno à atividade e à devolução de quaisquer valores recebidos pelo substituídos em virtude de recursos interpostos perante do Tribunal de Contas da União, até o julgamento do Agravo de Instrumento nº 5001831-97.2010.404.0000/RS.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Foi cumprida a determinação, ainda que tenham cessados os seus efeitos tendo em vista que um dos interessados impetrou medida cautelar	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Determinação em contrário impossibilitou o pleno cumprimento do presente Acórdão	

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	019.014/2010-4	6769/2010 - 2ª Câmara	9,3	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
9.3. determinar à unidade jurisdicionada:					
9.3.1. a cessação, em 15 (quinze) dias, dos pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
9.3.2. a notificação dos interessados, com o alerta de que o efeito suspensivo oriundo de eventual interposição de recurso não exime da devolução de valores indevidamente percebidos após a notificação, no caso de não provimento dos apelos;					
9.3.3 a comprovação perante este Tribunal, em 30 (trinta) dias, da notificação dos interessados;					
9.4. esclarecer os ex-servidores acerca das seguintes possibilidades:					
9.4.1. retornarem à atividade para completar os requisitos legais para novas aposentadorias, com o alerta de que estas serão regidas pelas regras vigentes no momento da concessão; ou					
9.4.2. comprovarem o recolhimento, de forma indenizada, das contribuições previdenciárias concernentes ao tempo de atividade rural computado;					
9.5. alertar a unidade jurisdicionada que:					
9.5.1. no caso de opção dos interessados pelo recolhimento das contribuições, novos atos de concessão deverão ser expedidos e submetidos a esta Corte.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					23197
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
O servidor José Ildeu dos Santos recorreu da decisão junto ao TCU, apresentado pedido de reexame àquele Órgão. E, o servidor Ivalde Gonçalves das Neves apresentou a este Departamento documentação visando comprovar a legalidade de sua aposentadoria, as quais encaminhamos àquele Tribunal através do Ofício nº 979/2010-CGRH, de 16/12/2010.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Nova análise quanto às aposentadorias					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Impossibilidade de cumprimento em virtude de pedido de reexame e revisão					

### 12.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	244058	1.1.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Deliberação:			
<p>Aprimorar o controle de contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria; e, conceder aposentadoria, em casos análogos, somente quando houver comprovações do recolhimento das contribuições previdenciárias correspondentes aos períodos de atividade rural, em observância ao disposto nos Acórdãos TCU n<sup>o</sup>s 44/2007 – 2<sup>a</sup> Câmara e 1512/2008 – 1<sup>a</sup> Câmara.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			23197
Síntese dos resultados obtidos:			
<p>O DPRF tem primado pelo computo de tempo de serviço rural com a devida comprovação da contribuição previdenciária nas concessões de aposentadoria. A CGU julgou atendida a presente recomendação. Quanto a solicitação de informações sobre a regularização do servidor julgado ilegal pelo TCU. O servidor em comento interpôs pedido de reexame, com efeito suspensivo.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A CGU julgou atendida a presente recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	244058	1.1.2.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Deliberação:			
<p>Aprimorar o controle de contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria; e, nos casos análogos que venham a ocorrer, sejam solicitadas as comprovações do recolhimento das contribuições previdenciárias para complementar o período aquisitivo necessário para concessão de aposentadoria.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			23197
Síntese dos resultados obtidos:			
<p>O DPRF tem primado por tal controle. A CGU julgou atendida a presente recomendação. No tocante ao servidor indicado na recomendação em comento cumpre informar que a concessão de aposentadoria não foi julgada pelo TCU</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A CGU julgou atendida a presente recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	244058	1.1.2.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Deliberação:			
Aprimorar o controle de verificação dos documentos em processos de aposentadoria; e, nos casos análogos que venham a ocorrer, exigir os documentos necessários a formalização de processos de aposentadoria, constantes do Capítulo IV do Manual de Aposentadoria e Pensões do Tribunal de Contas da União.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			23197
Síntese dos resultados obtidos:			
O DPRF tem primado por tal controle. A CGU julgou atendida a presente recomendação. No tocante ao servidor indicado na recomendação em comento cumpre informar que a concessão de aposentadoria não foi julgada pelo TCU			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A CGU julgou atendida a presente recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	244058	2.1.4.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Deliberação:			
a) Abster-se de utilizar critérios de julgamento em desacordo com o tipo de licitação previsto no edital, sob pena de responsabilização, em atenção aos termos dos artigos n°s 44 e 45 da Lei n° 8.666/93.			
b) Abster-se de utilizar qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.			
c) Abster-se de licitar objetos por lotes de itens, em que os itens possuem características diferentes. Os itens são de natureza divisível e de acordo com o disposto no art. 9° da Lei n° 10.520/02, no inciso IV do art. 15 e § 1° do art. 23 da Lei n° 8.666/93.			
d, e) Observe e cumpra com rigor as determinações do art. 38 da Lei n° 8.666, quanto a abertura de processos administrativos para cada licitação e componha com todas as peças exigidas no inciso do artigo referenciando, bem como aqueles estabelecidos no art. 30 do Decreto n° 5.450/2005.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração			3952
Síntese dos resultados obtidos:			
As recomendações foram acatadas e implementadas desde o início do ano de 2010			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O envolvimento da área de Licitações, Contratos e Convênios viabilizou a implementação de novos procedimentos licitatórios.			



Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	244058	3.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Deliberação:			
Atentar para o que determina a Lei nº 8.666/93 em seu artigo 40, inciso VII, ao estabelecer que o edital indicará obrigatoriamente critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos.			
Atentar, ainda, para o fato de que o procedimento licitatório está vinculado ao que se estabelece no edital			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração			3952
Síntese dos resultados obtidos:			
As recomendações foram acatadas e implementadas desde o início do ano de 2010			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O envolvimento da área de Licitações, Contratos e Convênios viabilizou a implementação de novos procedimentos licitatórios.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	244058	4.3.3.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Deliberação:			
Aprimorar os mecanismos de controle internos no que se refere a elaboração e condução de processos licitatórios, adotando os seguintes procedimentos:			
a) Analisar criteriosamente a documentação de qualificação técnica dos licitantes, de forma a não deixar dúvidas sobre o atendimento do princípio da isonomia entre os licitantes;			
b) Fazer constar, nos editais de licitação, critérios de aceitabilidade de custos unitários, sobretudo para a contratação de obras e serviços de engenharia;			
c) Utilizar os valores do SINAPI como limites superiores de aceitação de preços unitários, em atendimento ao comando da LDO 2009, que é repetido na LDO 2010, ou justificar no processo licitatório sua não utilização;			
d) Exigir o detalhamento das taxas de encargos sociais utilizadas na composição dos custos unitários das propostas nos editais de licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Administração			3952
Síntese dos resultados obtidos:			
As recomendações foram acatadas e implementadas desde o início do ano de 2010			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O envolvimento da área de Licitações, Contratos e Convênios viabilizou a implementação de novos procedimentos licitatórios.			



#### 12.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ord em	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	244058	1.1.2.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
<b>Descrição da Deliberação:</b>			
Providenciar os acertos no cadastro dos servidores no SIAPE e a reposição ao erário caso seja identificado pagamento indevido.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			23197
<b>Síntese dos resultados obtidos:</b>			
Foram relacionados os 59 processos citados, incluindo-se aqueles que foram corrigidos. Restam ainda processos que se encontram sob a análise da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, conforme Ofício 014/2010-CGA encaminhado à CGU			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Foi encaminhada às Regionais deste DPRF Memorando-circular nº 19/2010, no qual foram solicitadas a adoção das medidas necessárias ao cumprimento do presente item. Tendo em vista que os processos encontram-se com as Regionais, há uma certa delonga para que sejam tomadas as providências e encaminhamento dos resultados à CGRH, ainda que a Coordenação esteja acompanhando a presente demanda.			

### 13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

#### 13.1. Despesas com cartão de crédito corporativo

CODIGO DA UG: 200109		Limite de Utilização da UG:		
Portador (CPF)	Valor			
	Limite individual	Saque	Fatura	Total
CPF: 945037961-00	4.000,00	0	322,35	322,35
CPF: 000504141-43	4.000,00	100,00	105,09	205,09

#### 13.2. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	a+b
2009	Não Houve	-----	-----	-----	-----
2008	2		2	2.291,66	2.291,66

## B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

### 1. Declaração do contador responsável



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF – UNIDADE CENTRAL.		200109	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li><li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Esta Declaração abrange as seguintes unidades gestoras:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 200109 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal;</li><li>• 200230 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal – Direção Geral.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n.º	DF 9.261/O-7

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II – Salas 527 e 529 - Brasília - DF  
Telefone: (0xx61) 2025-9163 - Fax: (0xx61) 2025-9316

José Carlos Gomes  
PROG/BE/MS  
09/03/2011